



FACULDADE DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO DE PSICOLOGIA

A Família e o Adolescente:

Um estudo dos sentidos subjetivos em famílias com filhos adolescentes

Neusa Maria Salles das Neves

BRASILIA

DEZEMBRO/2007

NEUSA MARIA SALLES DAS NEVES

**A FAMÍLIA E O ADOLESCENTE:
UM ESTUDO DOS SENTIDOS SUBJETIVOS EM
FAMÍLIAS COM FILHOS ADOLESCENTES**

**Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília como
requisito básico para a obtenção do
grau de Psicólogo da Faculdade de
Ciências da Saúde.**

**Orientador: Prof. Dr. Fernando Luis
González Rey**

Brasília DF, Dezembro de 2007



FACULDADE DAS CIENCIAS DA SAUDE – FACS
CURSO DE PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão composta por:

A Menção Final obtida foi:

Brasília, Dezembro/2007

*A Renan, meu psicoterapeuta, meu professor e meu amigo
porque foi meu apoio e minha sustentação no doloroso
processo de tornar-me sujeito de mim mesma.*

Agradecimentos

Ao Mestre Jesus, porque um dia esteve entre nós, deixando-nos lições de amor e acolhimento que, nos dias de hoje, são a base da Psicologia.

Aos meus pais, João e Suely, porque com seu amor, me ofereceram a oportunidade de retorno às lides terrenas e participaram da construção de minhas conquistas.

Aos meus filhos, Clarice, Eliane, Otávio e Fernando porque me amam e me apóiam.

Às minhas netinhas Beatriz, Lorena e Olívia porque me encantam com sua meninice enternecedora.

A M., amigo muito especial, porque sua palavra de conforto e seu abraço afetuoso me acolheram em momentos difíceis.

Ao Professor Doutor Fernando González Rey, meu orientador nesse trabalho, porque seus sábios ensinamentos me fizeram desconstruir antigas visões de mundo.

À Professora Valéria Mori, porque me auxiliou e me acolheu nos momentos mais difíceis de todo o processo.

À Professora Elizabeth Tunes, porque suas aulas me serviram de inspiração para esse trabalho.

A todos os professores o Curso de Psicologia, porque foram importantes para que eu chegasse ao final dessa etapa.

Aos pais e adolescentes que participaram dessa pesquisa porque, com seu desejo de serem úteis, oportunizaram-me a ampliação de meus conhecimentos.

A J., em especial, desejando que a vida eterna o abençoe com novas oportunidades.

Amadurecer é um ato complicado... Perceber a hora de mudar é ainda mais difícil, mas não tanto se encontrarmos uma certa figura capaz de abrir nossos olhos e mostrar que as possibilidades de vida são ilimitadas.

(texto encontrado no diário de uma menina de 13 anos, em GROSSMAN, 1998)

Resumo

O presente trabalho inicia-se com um breve histórico da família desde a Antigüidade Clássica até os dias de hoje, buscando ainda mostrar as formas como foram percebidos e tratados os jovens em todas as épocas da humanidade. Partindo da abordagem da construção da subjetividade, procura-se contextualizar as implicações da família na constituição dos adolescentes, bem como as formas como as experiências vividas nessa fase se configuram na subjetividade individual e social do grupo familiar. Trata-se de um trabalho cuja importância está no estudo dos conflitos familiares e nas relações entre adolescentes e pais diante da imensidão psíquica que significa o processo subjetivo. Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa com duas famílias com filhos adolescentes, utilizando-se a metodologia qualitativa, através da formulação de instrumentos que servem à investigação da construção da subjetividade entre adolescentes e suas famílias. As hipóteses surgidas durante a pesquisa não são comprovadas nem refutadas, pois representam apenas momentos subjetivos dos sujeitos estudados. A pesquisadora detém-se nas análises e interpretações do caráter oculto das falas dos sujeitos, com o objetivo de compreender a qualidade das relações familiares.

Palavras-chave: Adolescência, família, subjetividade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - BREVE HISTÓRICO DA FAMÍLIA E DA ADOLESCÊNCIA	5
CAPÍTULO 2 - A SUBJETIVIDADE NA FAMÍLIA E NA ADOLESCÊNCIA: SUAS IMPLICAÇÕES E SEUS CONFLITOS	16
2.1 – A noção de conflito familiar	17
2.2 – O sujeito, a subjetividade e os sentidos subjetivos	22
2.3 – A importância da instituição familiar para o desenvolvimento dos jovens	27
2.4 – As implicações de alguns aspectos da adolescência na constituição da subjetividade	30
CAPÍTULO 3 – PESQUISA QUALITATIVA: METODOLOGIA, INSTRUMENTOS, CENÁRIO E SUJEITOS	38
3.1 – A pesquisa qualitativa como metodologia	38
3.2 – Os instrumentos	42
3.3 – O cenário	45
3.4 – Os sujeitos e seus contextos familiares	46
CAPÍTULO 4 – A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXOS	77

Introdução

A Declaração Mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento da criança e do adolescente nos anos 90 declara a respeito do papel da família:

A família é a principal responsável pela alimentação e pela proteção da criança, da infância à adolescência. A iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas da sua sociedade começa na família. Para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão. Portanto, todas as instituições da sociedade devem respeitar e apoiar os esforços dos pais e de todos os demais responsáveis para alimentar e cuidar da criança em um ambiente familiar. (KALOUSTIAN, 2000, p. sem número).

A presente citação afirma a importância que o ambiente familiar exerce para a formação de um indivíduo, constituindo-se a família, entre as várias instituições sociais, um processo, em meio a tantos outros, nos quais os sujeitos se envolvem, se orientam, se significam e se ressignificam no decorrer da existência. Segundo González Rey (2004a, p. 34), não se trata de “uma instituição independente do resto da sociedade; ao contrário, é uma expressão dos processos indispensáveis que ocorrem em cada sociedade”. Historicamente, sua origem se deu por uma organização social com o objetivo biológico de gerar e criar filhos, mas estudos mais recentes demonstram a sua função psicossocial como matriz para a formação de identidades e aquisição de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais que vão se refletir na sociedade. As transformações sociais desses últimos tempos influenciaram fortemente a família, cujos membros tentam buscar novas representações, tanto para si mesmos quanto para os demais, sobre os novos significados dessa convivência. Se essas mudanças atingem os modelos tradicionais de família, há que se compreender que são necessárias determinadas normas de convívio social que devem ser formadas dentro dos lares, no intuito de que seus membros possam exercer sua subjetividade, seja em busca do crescimento individual, quanto do coletivo.

Esse trabalho procura demonstrar, através de estudos bibliográficos e pesquisa fundamentada na epistemologia de caráter qualitativo, que a família exerce forte impacto na estruturação dos jovens, nas representações que constituem a formação de sua identidade e subjetividade. A adolescência é uma fase evolutiva de todo ser humano, de fortes questionamentos e de profundas mudanças que buscam reeditar a visão de si e do mundo, até então constituídas, no período da infância. É, por isso, uma fase conturbada que ocorre dentro de um tempo particularmente subjetivo, psíquico, em que o sujeito se desconhece como a criança que sempre fora e não se reconhece como o adulto que deve ser. Seus comportamentos acabam por ser geridos por impulsos intuitivos que se exteriorizam através de condutas consideradas anti-sociais, nem sempre aceitas como normais pela sociedade. É evidente que esse período de turbulência não é igual para todos os adolescentes; ao contrário, a variedade dessas demonstrações ocorre em consonância com seu espaço sócio-cultural e os sentidos subjetivos que cada indivíduo dá às representações desses espaços. A estrutura familiar é o mais importante, pois que é onde o sujeito inicia sua escalada evolutiva, pelo nascimento e pelo desenvolvimento físico, psíquico, cognitivo e social. É importante organização na formação de um sistema de significados e sentidos subjetivos que nunca se fecha; é um processo de desenvolvimento constante. O adolescente e seus pais, na vivência de suas crises, procuram atender suas próprias demandas e adequar seus comportamentos ao contexto social e familiar.

É inegável que a família está em crise, mas a par de seu papel na preservação da espécie, é e continuará sendo o espaço primordial das relações humanas, onde as crianças e os adolescentes aprendem modelos de convivência que se refletem na vida social. O estudo dessas novas relações familiares torna-se relevante tanto para o reconhecimento de toda a diversidade e multiplicidade de sua organização interna, quanto para a compreensão dos conflitos que afligem os adolescentes e demais membros da família atual em nosso país.

A partir da análise histórica da evolução da família, o presente trabalho interessa-se pela forma como a história dos sujeitos e da tradição familiar está presente nos modelos de família que aqui se apresentam. O trabalho pretende ainda aprofundar as formas como esses modelos de família repercutem no adolescente e se integram a ele, instituindo como problema a ser estudado, os conflitos que aparecem em duas famílias com filhos adolescentes, com o objetivo de definir os sentidos subjetivos presentes nesses conflitos, visando à análise psicossocial da adolescência hoje. Como objetivos, procura-se, ao final do trabalho, definir os sentidos subjetivos associados ao conflito familiar nos adolescentes e nos pais, caracterizar o tipo de padrão hegemônico das famílias estudadas e distinguir os sentidos subjetivos dos adolescentes diante das transformações internas típicas da adolescência. Para atingir esses objetivos, dividiu-se o trabalho em quatro capítulos:

O primeiro capítulo procura realizar um breve histórico da constituição familiar na civilização ocidental, desde a Antiguidade até os dias de hoje, reconhecendo-se que se trata de uma estrutura milenar que se iniciou por uma necessidade biológica e que evoluiu para a compreensão de um espaço de importante significado psicossocial, de onde parte todo o movimento subjetivo do homem através de sua existência. Mesclando-se à história da família, esse capítulo dedica-se, ainda, a apresentar brevemente as formas como foram tratados os adolescentes em todas as épocas da humanidade, evidenciando-se que seus aspectos psíquicos e subjetivos só há pouco tempo foram considerados, a partir dos estudos freudianos sobre a constituição da psique.

O segundo capítulo trata das teorias sobre as particularidades estudadas. Por isso, divide-se em quatro itens que discutem a revisão bibliográfica de autores a respeito de família e adolescência, sua complexidade e construção de sua subjetividade. Assim, procura-se evidenciar a noção de conflito familiar e suas possíveis causas; a compreensão de sujeito, subjetividade e dos processos subjetivos em relação à constituição da identidade dos

adolescentes e à constante reconstrução de sua subjetividade; a importância da instituição familiar para o desenvolvimento dos jovens, de acordo com os princípios psicossociais e de saúde e as especificidades da fase da adolescência na constituição da subjetividade e seus reflexos na convivência familiar.

O terceiro capítulo dedica-se à metodologia qualitativa com base na epistemologia qualitativa, desenvolvendo sua visão teórica e a eficácia de sua aplicação em pesquisa qualitativa, sucedendo-se a definição dos instrumentos de pesquisa utilizados, do cenário da pesquisa e dos sujeitos pesquisados.

No quarto capítulo, discutem-se as falas dos sujeitos nas conversações e no completamento de frases, com vistas a se relacionar com as produções literárias sobre o assunto e a verificar os sentidos subjetivos através dos quais os indivíduos definem sua própria família, a importância que as famílias pesquisadas dão ao seu relacionamento familiar e às formas como os indivíduos costumam se constituir como sujeitos na coletividade familiar, sobretudo em relação à adolescência de um de seus membros.

Capítulo 1

Breve histórico da família e da adolescência

O sentido primitivo da palavra *família* refere-se a uma reunião de pessoas que viviam na mesma casa, incluindo parentes, criados, escravos. Segundo Engels, citado em Bilac (2000, p.31), o termo “**família** é derivado de **famulus**, escravo doméstico, e foi uma expressão criada pelos romanos para designar um novo organismo social que surge entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e à escravidão legal”. Segundo Ramalho (1999), o conceito evoluiu para a noção de pertencimento consangüíneo, em que um chefe, o pai de família, gerava descendentes, constituindo a família entre pessoas do mesmo sangue. De acordo com Le Robert Méthodique (1996, p.561), no sentido lato, família é “o conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou pela filiação”. Em sentido restrito, designa “as pessoas aparentadas que vivem sob o mesmo teto” o que, na civilização contemporânea, refere-se ao pai, à mãe e aos filhos. Esse conceito desfez-se e refez-se em determinados momentos históricos, formando relações diferenciadas em seus valores. Estudar a evolução do conceito histórico da família permite conhecer como se estabeleceram as relações entre seus membros. É, portanto, imprescindível ter noções da história da família através de vários momentos históricos para se compreender os sentidos que essas relações têm para os adolescentes.

Da mesma forma, é preciso que se rastreie historicamente como eram vistos e tratados os jovens para entender os processos pelos quais se tornavam adultos. O estudo e a compreensão do processo de desenvolvimento da adolescência é relativamente novo na história do conhecimento. A adolescência, através dos tempos, foi vista e compreendida pelo seu aspecto físico, como uma diferenciação pela qual toda criança passa ao se transformar em adulto. Ao fenômeno físico dá-se o nome de **puberdade** que é historicamente reconhecido como um momento em que, segundo Grossman (1998), há um processo educativo que associa

o indivíduo ao corpo social em que está inserido. Faz-se importante, pois, conhecer as formas como eram tratados os púberes através dos tempos e como a família participava nessa formação.

Na Antigüidade Clássica, as principais vertentes históricas do mundo ocidental foram a grega e a romana. Na Grécia, a família constituía-se, segundo Machado (2005), a partir da escolha do pai da jovem, de um moço, cuja família de origem pudesse formar com a sua, uma união de fortunas. Ao chefe de família assim constituída, cabia sua manutenção e às mulheres cabia procriar e manter a ordem do lar, monitorando o crescimento dos filhos, cuidando da casa com o auxílio de criados ou escravos. Uma peculiaridade da família grega era que a maternidade só era considerada profícua, se o bebê nascesse com saúde perfeita. Se apresentasse alguma deficiência, era sacrificado, pois não teria condições de servir à pátria. Segundo Grossman (1998), a educação das crianças se dava nos chamados **gineceus**. Eram locais da casa cuidados pelas mulheres, onde as crianças ouviam as histórias mitológicas de fundo moralizante que lhe davam a base da convivência social. Aos sete anos de idade, os meninos já eram considerados bastante amadurecidos para começar seu treinamento como guerreiros. Em Esparta, a cidade assumia essa educação, cuja finalidade eram as virtudes cívicas e militares. Aos dezesseis anos, já era considerado jovem espartano e tinha o direito de falar nas assembléias. Aos vinte, devia passar por provas iniciáticas que incluíam sair clandestinamente à noite para matar escravos da região. Os jovens eram treinados por um adulto, o **paidonómos**. As meninas continuavam a aprender as tarefas de donas de casa até a época do casamento. Em Atenas, os jovens não saíam do gineceu, mas os meninos podiam ir à escola, além de ter em casa aulas de oratória, canto, poesia, cálculo... com um preceptor, o **pedagogo**, escravo instruído, escolhido para esse fim.

O Império Romano seguiu a tradição grega de estrutura familiar. Segundo Machado (2005), os irmãos adultos continuavam a viver na casa paterna, mesmo depois de ter

constituído sua própria família. Em virtude disso, formavam-se grandes unidades familiares. Era também comum que os homens ricos mantivessem sob sua proteção famílias humildes, tornando-se seus patronos. Garantiam, dessa forma, mão de obra, votos em possíveis eleições, além de amantes e filhos fora do casamento. As famílias costumavam ser numerosas, mas isso nem sempre era possível, dado o alto número de mortes durante o parto que ocorria em condições precárias no ambiente doméstico. Tal como a família grega, em Roma também se sacrificava ou abandonava os recém-nascidos com alguma deficiência. O ideal de perfeita saúde física e mental era indispensável para honrar os pais e a pátria.

Segundo Grossman (1998), aos doze anos, os meninos passavam a ter uma educação diferenciada da educação das meninas. Elas preparavam-se para o matrimônio que se dava até mais ou menos os quatorze anos. Os meninos estudavam autores clássicos, literatura e mitologia. Aos quatorze anos, trocavam as vestes infantis por vestes de jovens. Aos dezesseis, optavam pela carreira militar ou pública. A passagem para vida adulta se dava quando o pai decidisse. Pelo poder do **pater familias**, a vida do filho dependia totalmente do desejo do pai. A autora (ibidem, p. 2) relata que o ritual de passagem ocorria com “a primeira vestimenta de adulto e o corte do bigode pela primeira vez”. Era o momento em que o jovem tinha a possibilidade de iniciar-se na vida sexual, com uma serva, uma prostituta ou com uma dama da alta sociedade.

Tanto na sociedade grega como na romana, os plebeus constituíam suas famílias de maneira mais simples, mas seu cotidiano era bastante penoso. Machado (2005), relata que os pais de família trabalhavam arduamente como agricultores, comerciantes, criados nas casas ricas ou prestadores de pequenos serviços em jornadas de trabalho exaustivas. A alimentação era precária. As crianças ficavam nos lares enquanto ainda não podiam trabalhar. Assim que crescessem, os jovens já eram levados a exercer alguma atividade que trouxesse ganhos para a família. Não tinham direito a nenhum tipo de educação.

Na Idade Média, a família constituiu-se de forma diferenciada. Flandrin (1995, p. 12) afirma que “o conceito de família estava dividido entre a idéia de residência comum e a idéia de parentesco”. Assim, a palavra referia-se ou “a um conjunto de parentes que não moravam juntos, ou a um conjunto de pessoas que coabitavam e que não estavam necessariamente ligadas pelo sangue ou pelo casamento”. Essas aglomerações humanas, a que Ariès (1981b, p.13) denominava “comunidades” eram mais importantes que a família consanguínea para determinar o destino do indivíduo: “cada um nascia numa comunidade formada por pais, vizinhos, amigos, inimigos, pessoas que mantinham entre si relações que exigiam solidariedade.” A comunidade feudal, assim constituída, limitava o indivíduo a uma espécie de família, onde todos se conheciam e se vigiavam. Segundo o autor (1981a), o sentimento de infância não existia. A peculiaridade da criança era associada à idéia de dependência. A partir do momento em que demonstrasse capacidade de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, era inserida no mundo adulto, sem determinação de idade nem distinção das atividades exercidas que envolviam tanto adultos como crianças: era comum que crianças de pouca idade (entre 7 e 10 anos) freqüentassem tavernas, usassem armas e assistissem a enforcamentos de apenados. Ainda de acordo com o autor (1981b, p. 13), aos homens jovens cabia buscar uma liderança na comunidade, “deveriam fazer com que a comunidade reconhecesse que possuíam um domínio, um espaço seu, e fazer com que suas fronteiras fossem aceitas, sem encontrar resistências dos outros, fossem seus pais, sua mulher, seus vizinhos...”. Essas conquistas se davam pela habilidade de seus próprios dons: ser bem falante, vencer disputas oratórias. O bom jogador era temido e respeitado, aquele que não conseguia impor-se, tomava lugar subalterno, ajudando o vencedor na manutenção de seu domínio, fosse da família consanguínea ou não. Os bens eram do indivíduo, não da família. A educação ocorria entre a própria comunidade, na inserção dos jovens na agricultura ou em oficinas de artesanato, aprendendo o *métier* com os adultos. Não havia educação mais

elaborada, a não ser para os ricos, e, mais especialmente ainda, para o clero, a quem era dada a exclusividade de conhecer as letras.

As mudanças ocorridas na família entre os séculos XVI e XVIII, foram provocadas, segundo Ariès (1981a, p 135) por três grandes fenômenos. O primeiro, refere-se à entrada do Estado nos limites do indivíduo:

O Estado advindo da Idade das Luzes e da industrialização, o Estado técnico e organizador apagou a fronteira. Não há mais um lado interior e outro exterior a ela: o olhar e o controle do Estado se estendem ou devem se estender por toda parte.

Há, portanto, uma interferência estatal no espaço social. Essa interferência causou o segundo fenômeno: a separação entre o lugar do trabalho e os lugares das demais atividades, distanciando o indivíduo da antiga comunidade. Associado a esse fenômeno de separação, o desenvolvimento das letras e dos livros, com o advento da imprensa, deslocou a educação das crianças e dos jovens do seio da comunidade para a escola, como forma de “ordenar, controlar e vigiar” (ARIÈS, 1981b, p. 13). O terceiro fenômeno refere-se ao que o autor denominou de “revolução da afetividade”. Segundo ele (1981b, p.16), a afetividade

fora até então difusa, repartida sobre uma certa quantidade de sujeitos, naturais e sobrenaturais: Deus, santos, pais, filhos, amigos, cavalos, cães, pomares e jardins. Mas vai agora se concentrar no interior da família, sobre o casal e os filhos, objetos de um amor apaixonado e exclusivo, que a morte não fará cessar.

O lar consangüíneo demonstra ter sido a principal mudança de comportamento observada na sociedade, que deixa de ser uma experiência coletiva para tornar-se uma vivência privada, único espaço que escapa ao controle estatal e em que os indivíduos podem privilegiar o afeto e promover o grupo familiar, em especial o cuidado com as crianças. Grossman (1998) afirma que toda essa movimentação social, aliada a um sentimento de religiosidade, exigia dos fiéis e da família uma devoção interior e um cuidado cada vez maior

com o corpo (o próprio e o do outro), considerado objeto de afeto da família e veículo de pecado e luxúria. Daí, surgiu a noção de debilidade infantil e a necessidade de proteger as crianças e os jovens das tentações e de preservar a sua moralidade. Pais e mestres tornaram-se moralmente responsáveis pelas crianças e pelos jovens. A educação tinha como objetivo central a continuidade da família; portanto, cada jovem era preparado para um papel previamente designado. A autora (ibidem p. 4) afirma:

as práticas escolares se destinavam à faixa etária dos 10 aos 25 anos, não havendo a preocupação de separação da população escolar em classes determinadas por faixas etárias. A segunda infância (dos 7 aos 10 anos) não se distinguia da adolescência. A longa duração da infância provinha da indiferença aos fenômenos propriamente biológicos – a puberdade. Existia, então, uma ambigüidade entre infância e adolescência de um lado, e a categoria denominada juventude, de outro. Não se possuía a idéia do que hoje chamamos adolescência.

Ela relata que os jovens costumavam reunir-se em uma espécie de “sociedade de jovens” a que chamavam “reinos”, “abadias” ou “corpos da juventude” que funcionavam como tentativas de se inserir na vida social e que eram baseadas na solidariedade. Eram grupos exclusivamente masculinos, cujos laços só seriam rompidos por ocasião do casamento, “marcando a integração na sociedade dos adultos, ou seja, a dos chefes de família (ibidem, p.4).” Quanto às meninas, a educação continuava a ser voltada para as prendas domésticas, no intuito do casamento. Com a imprensa, no entanto, já era possível às moças ler clássicos escolhidos pelos pais. Costumava-se também oferecer às jovens aulas de “artes recreativas” (ibidem, p. 5), que incluía música e declamação no próprio lar, para exhibir seus dotes intelectuais nos saraus familiares. Outra possibilidade de educação das jovens eram os conventos, onde recebiam instrução exclusivamente religiosa.

No século XIX, a industrialização fortaleceu o movimento em torno das cidades que sofreram com um aumento de população oriunda do campo, em busca de condições melhores de vida. As possibilidades de manter sob o controle do Estado todas as relações originadas

desta mudança social foram diminuindo cada vez mais. Em Ariès (1981b, p.5) encontra-se: “Assim, por volta de meados do século XX, o setor público do século XIX ruiu e os contemporâneos acreditaram que podiam compensá-lo pela extensão do setor privado familiar. Passou-se, então, tudo pedir à família”. Entretanto, o reduto familiar se interiorizava cada vez mais, estabelecendo práticas bastante individualistas de interesses próprios. A família tem como características sociais ser nuclear, heterossexual, monógama e patriarcal, de modelo rígido e normativo, de acordo com interesses econômicos de garantia de herança a seus descendentes. Foi o momento em que as famílias mais se conscientizaram da importância de identificar nos filhos a sua afetividade, como também investir neles o futuro da família. Por isso, segundo Grossman (ibidem, p. 5), “os filhos deviam submeter suas escolhas profissionais e amorosas às necessidades da família”.

Ao longo desse século, a adolescência começa a ser delineada e se torna tema de interesse de médicos e educadores. Szymanski (2000, p. 23) fala sobre um novo enfoque dado à família a partir dos estudos de Freud:

Desde Freud, a família e, em especial, a relação mãe-filho, têm aparecido como referencial explicativo para o desenvolvimento emocional da criança. A descoberta de que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento emocional posterior focalizou a família como o locus potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas, ou como o núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda sorte de desvios do comportamento.

Ao mesmo tempo em que o processo biológico da puberdade começa a ser associado a manifestações decorrentes desse período no comportamento social e sexual dos jovens, parece ser essa a primeira vez que a relação entre os familiares passa a ser compreendida não apenas como formadora para a sociedade, mas também como influenciadora de aspectos psíquicos. Em nome da defesa dos filhos, os aspectos de sua vida sexual, associados a crenças religiosas de pecado em relação ao corpo, passaram a ser foco de cuidados. Os antigos internatos

começaram a ser questionados como escolas em que os jovens adquiriam maus hábitos, referindo-se à masturbação e a práticas homossexuais. Os jovens eram submetidos a constante vigilância, tornando o desejo de privacidade uma necessidade conseguida por intermédio de diários íntimos e amizades com seus pares. De acordo com Grossman (ibidem, p. 5)

A escolha de uma amiga íntima constituía-se um episódio importante na vida de uma adolescente, assim como era também intensa a amizade entre os adolescentes do sexo masculino, povoada de relatos das experiências vividas, especialmente as confidências amorosas e sexuais.

O século XX, assinalado por dois grandes conflitos mundiais, a que se juntaram os horrores da guerra do Vietnam, estigmatizaram incontestavelmente a juventude dessa geração. Os adolescentes foram grandemente marcados por duras realidades de sofrimento e morte que, em um mundo em que a informação já ultrapassava rapidamente as fronteiras geográficas, pelo advento da televisão, tomaram um novo estilo, até então impensável nos jovens submissos dos séculos anteriores: a mobilização e a contestação social. Segundo a autora (ibidem, p. 6):

A constatação do fracasso da civilização criada pelas gerações anteriores – de guerras, injustiças sociais, violência, opressão – e a contemplação da massa amorfa de casos, dossiês e números em que é transformado o homem pela sociedade de consumo, explodiram na consciência dos jovens dos anos 60, que passaram a negar todas as manifestações visíveis dessa sociedade.

A autora afirma que o *movimento hippie*, com seu aspecto de **contracultura**, termo cunhado pela mídia da época, opunha-se radicalmente a tudo que era considerado estabelecido socialmente, desde o uso de roupas diferentes na forma, nas cores, os cabelos longos e mal arranjados, o misticismo diferenciado das religiões oficiais do Estado, do tipo de música e a popularização do uso de drogas. Esses sinais evidenciavam que os antigos valores, idéias, tabus e as próprias instituições estavam submergindo e o que se anunciava agora era um espírito questionador que queria a liberdade a qualquer preço. As escolas e as universidades

foram sacudidas por movimentos políticos que arrebanhavam jovens de 15 a 24 anos que se manifestavam contra tudo que respirasse “ciência burguesa” (ibidem, p. 6). São memoráveis as agitações e passeatas que se insurgiam em várias grandes cidades em todo o mundo, no ano de 1968.

Ariès (1981b) diz que a sociedade passou a cobrar da família aquilo que ela mesma não mais tinha o poder de oferecer. Ela deveria preencher o vazio deixado pela decadência das antigas formas urbanas e “responder a todas as formas afetivas e sociais” (ibidem, p. 13). A educação e a socialização dos jovens passaram à responsabilidade exclusiva da família, que, por sua vez, recebeu improvisadamente esse papel, não estando preparada para desempenhá-lo. Durante dois séculos, o Estado e a Igreja assumiram esse controle através da saída do jovem do lar para a escola. Doravante, a escola continua, mas com a exclusividade da educação formal, de conteúdos limitados e demarcados por currículos (informação verbal).

Nos dias de hoje, a estrutura familiar diferenciou-se sobremaneira: da Revolução Industrial e do mundo pós-guerra que oportunizaram a saída da mulher das lides tipicamente domésticas e de educação dos filhos, para assumir o papel de trabalhadora, ao advento do divórcio nas sociedades ocidentais, formando as mais diversas configurações de lar, à tolerância social que se tem evidenciado com o diferente, possibilitando a formação de casais constituídos de pessoas do mesmo sexo... Segundo Sarti (2000, p. 43), as mudanças ocorridas na família relacionam-se com “a perda do sentido de tradição, pois vivemos numa sociedade em que a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História”. A família tradicional constituída por pai, mãe e filhos; pelo marido provedor que vai buscar fora os meios de subsistência da família; pela mulher que restringe seu campo de atuação à manutenção da ordem do lar e à educação dos filhos; pelos filhos obedientes às vozes paternas, se ainda existe, certamente teve suas estruturas abaladas.

Da mesma forma, as novas tecnologias, o mundo globalizado, a rapidez da comunicação, a sociedade de massa e de consumo acelerado trazem uma carga de influências que se misturam cada vez mais, tornando as relações familiares confusas e inseguras. O século XXI que ora se inicia é portador da fluidez das relações que não têm a oportunidade de se aprofundar. Essa é uma metáfora utilizada por Bauman (2001, p. 12) sobre as relações humanas a partir da modernidade. Segundo o autor, foi necessário “o derretimento dos sólidos” das antigas estruturas sociais, mas na realocação dos valores, a atual civilização se defronta com insegurança e incerteza cotidianas, com dificuldades em estabelecer laços afetivos na família e na sociedade, com o consumismo, com a informação superficial, com a não-durabilidade de coisas concretas que acabam por se refletir psiquicamente nas relações humanas...

A partir do avanço da Psicologia, delimitando fases no desenvolvimento humano, a adolescência passa a ocupar um espaço bem delineado. Um fenômeno que se caracteriza por momentos de intensa crise interna, objeto de preocupação na área da saúde por médicos, psicólogos e psicanalistas, e na área da educação, pelos pais e pelos mestres. Da antiga visão de fase transitiva, de aspecto apenas social, entre a infância e a fase adulta, os jovens se transformaram. Primeiramente, nos contestadores do século passado, visão marcada pela rebeldia, dando uma outra conotação ao seu aspecto social. Hoje em dia, diante da complexidade da sociedade globalizada, a crise adolescente assume outras características: a insegurança na família e na sociedade, a crise na educação, a incerteza no futuro, o vasto leque de opções na carreira a seguir, a violência urbana cada vez mais banalizada, a falta de oportunidade de trabalho, o fácil acesso às drogas, a vivência da sexualidade, com riscos de maternidade/paternidade precoce, o consumismo exacerbado, a decadência dos valores morais e éticos da sociedade, a superficialidade dos relacionamentos familiares e amorosos... fazem parte de um panorama social que permeia a própria crise interna dos adolescentes.

No Brasil, não tem sido diferente; ao contrário, a crise adolescente tem sido exacerbada por vários contextos políticos e sociais que se refletem na relação familiar. Em reportagem do jornal Correio Braziliense (29/09/2007), Vieira pergunta a um adolescente de 14 anos, de classe baixa sobre o que queria ser quando crescesse, ao que ele respondeu: **nada**. É uma resposta que evidencia a total falta de expectativa no futuro, diante da forma como a juventude vem sendo ignorada pelo setor público. Sem políticas que garantam seu próprio futuro como mais ameno e menos ineficaz, o país insiste em não contextualizar a família em seus projetos sociais (não assistencialistas). A desigualdade econômica, a violência urbana, o avanço do tráfico de drogas, a corrupção em todos os setores públicos, a falta de perspectivas de futuro, em relação a emprego e carreira, a falta de investimentos na área de educação e saúde são tópicos de crueldade social que atingem o desenvolvimento psíquico dos jovens que, diante de sua própria crise interna, sentem dificultadas as saídas saudáveis para a fase final de sua adolescência. Valorizar as relações familiares no âmbito do setor público, significa investir na base que se deseja para uma sociedade mais justa, significa oferecer aos pais escolhas nas formas de educar seus filhos dentro de valores que sejam compartilhados pela sociedade, significa dar ao adolescente o suporte de que necessita para transcorrer o período de crise com assistência e amparo dos vários segmentos sociais.

Capítulo 2

A subjetividade na família e na adolescência: suas implicações e seus conflitos

É visto que a sociedade vive um momento histórico de crise de suas instituições. A família, com suas novas configurações, também está afetada pela crise. As inúmeras transformações no âmbito da tecnologia, inevitavelmente, refletem-se nas relações sociais e na instituição familiar de forma bastante radical, transformando seus valores, seus princípios e suas formas de relacionamento. As mudanças continuam a ocorrer, causando perplexidade pela rapidez com que surgem e se tornam obsoletas, não exigindo nem mesmo uma adaptação por parte dos membros da família. Por sua vez, o adolescente vivencia sua crise interna, refletindo-a nas relações familiares. Esse fazer familiar acaba permeado de conflitos.

Segundo Sarti (2000), essas mudanças causaram o desejo de realização de um projeto individual. O amor, o casamento, a família, a sexualidade, o trabalho que antes eram vividos a partir de papéis preestabelecidos e decorrentes de um projeto dos pais, passam a ser concebidos como parte do projeto individual de vida. A hierarquia e a reciprocidade implicadas na família tradicional foram atropeladas pela afirmação da individualidade. Entretanto, conforme Touraine, citado em González Rey (2003, p.223), “é a modernidade realizada, ou seja, a ruína de todos os sistemas ordenadores, que permite ao sujeito encontrar dentro de si mesmo sua legitimidade...”, dando ao indivíduo uma nova dimensão, mais ampliada, de si mesmo, mas exigindo novas formas de relacionamento familiar. E a partir dessas novas formas de relacionar-se em família, emerge o **sujeito**, antes sufocado pelo social. Em Morin (2005, p. 19), encontra-se: “ser sujeito é se auto-afirmar situando-se no centro de seu mundo, o que é literalmente expresso pela noção de egocentrismo”. O autor expõe que essa necessidade de auto-afirmação existente na contemporaneidade implica em dois princípios: o de exclusão e o de inclusão. Esses princípios assumem significado antagônico para o sujeito: a exclusão tem o sentido de um espaço próprio do sujeito, onde ele

tem a possibilidade de exprimir o seu **eu**, mesmo diante do sacrifício de tudo, “da honra, da pátria e da família” (ibidem, p. 20). No entanto, é forte também o princípio de inclusão para o sujeito, pelo qual ele inclui seu **eu** num sentido mais amplo do **nós**, que acaba por participar do centro de seu mundo. Conclui o autor (ibidem, p. 20):

O princípio de exclusão garante a identidade singular do indivíduo; o princípio de inclusão inscreve o EU na relação com o outro, na sua linhagem biológica (pais, filhos, família), na sua comunidade sociológica. O princípio de inclusão é instintivo, como no passarinho que sai do ovo e segue a mãe. O outro é uma necessidade vital interna..

A afirmação da individualidade e a relação entre o **eu** e o **outro** é elaborada em González Rey (2003, p. 225) pela concepção de **subjectividade**. Segundo o autor, o sujeito constitui-se na relação contraditória com o social:

A criatividade, os espaços de transformação e desenvolvimento somente aparecem da contradição entre o social e o individual, do individual visto não como sujeito “sujeitado”, mas sim como um sujeito que de forma permanente se debate entre as formas de “sujeitamento” social e suas opções individuais..

A contradição está presente tanto na afirmação da individualidade quanto na valorização do outro; tanto no princípio de exclusão, quanto no princípio de inclusão. Ao mesmo tempo em que o sujeito tem a possibilidade de afirmar sua individualidade por suas próprias escolhas de vida, sua inserção no social dá a dimensão da importância de si e do outro em todas as relações, inclusive na família. É provável que resida nessa contradição, a base dos conflitos familiares.

2. 1. A noção de conflito familiar

De acordo com Ferreira (1996, p. 451), a palavra conflito vem do latim **conflictu**, com origem no verbo *confligo*, *confligere*, que significa choque entre duas coisas, embate de pessoas que lutam entre si. Na base, encontra-se o radical grego *flag* que aparece em *flagelar*

que, entre seus significados, há *incomodar, enfadar, atormentar, afligir*. Diz-se do embate violento entre duas forças contrárias, gerando discussões, lutas, combates ou desavenças. Tomando a família como uma pequena comunidade, é fácil visualizar esse embate diante da necessidade de afirmação individual. O adolescente está em conflito consigo mesmo por razões específicas desse período de vida. Os pais estão perplexos diante da mudança do filho. Tanto o jovem, quanto os pais estão em processo constante de ressignificação de suas experiências, na formulação da subjetividade. Para isso, precisam de sua auto-afirmação e labutam por seus projetos pessoais: dessa forma está montado o cenário interno e externo do conflito, caso não haja uma compreensão mais esclarecida desses processos. Sarti (2000, p. 43) sustenta:

O problema da nossa época é o de compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares. As pessoas querem aprender, ao mesmo tempo, a serem sós e a serem juntas. Para isso, têm que enfrentar a questão de que, ao se abrir o espaço para a individualidade, necessariamente se insinua uma ou outra concepção das relações familiares.

É evidente a relação entre o desenvolvimento da individualidade, que tem a sua razão de ser como necessidade de realização pessoal, e a reciprocidade familiar, inerente à constituição da família. Esta não pode prescindir dos papéis exercidos por seus membros, principalmente no que se refere aos papéis parentais de afeto, cuidado e autoridade. A individualidade deseja o exercício pleno do **eu** nos contextos sociais fora da família. Entretanto, dar prioridade a afazeres fora do lar, como, por exemplo, realizar uma brilhante carreira profissional, delegando a criação e educação dos filhos a serviços bem pagos, pode gerar sentimentos de abandono ou levar os jovens a se afeiçoarem a outrem que lhes dê atenção, mesmo que seja com interesses escusos, como grupos ligados às drogas e à violência urbana. É preciso conciliar esses papéis de forma que a convivência familiar não seja conflitiva e que os pais possam se realizar, sem abdicar das funções de seu papel paterno.

Juntamente a esse enfoque sócio-histórico, a tecnologia invadiu a privacidade dos lares como ambiente único dos membros da família, trazendo o mundo com tudo o que há nele para dentro de casa. A televisão, como veículo primordial de institucionalização do consumo em que impera a informação desordenada e sem reflexão, e o computador com suas possibilidades de conexão com *não importa quem, não importa onde*, banaliza relacionamentos. Esses aparatos têm sido acusados de tirar o espaço do relacionamento familiar, pois tanto os pais como os filhos encontram mais divertimento operando-os ou assistindo passivamente a eles, do que no encontro humano de amor e afeto que se pressupõe regerem as relações de família. Cooper (1994, p. 8) diz que “a unidade familiar nuclear burguesa tornou-se, neste século, a forma extrema e mais aperfeiçoada de não-encontro”. Há famílias que já não compartilham as experiências do dia a dia que tanto poderiam enriquecer as relações. Diante de quadros como esses, é importante que as famílias sejam levadas a uma reflexão sobre a necessidade de compartilharem suas experiências individuais, objetivando conhecerem-se, auxiliarem-se, respeitarem-se, amarem-se.

Como uma consequência lógica da emancipação feminina, o divórcio, cuja incidência já não é de exceção, exige uma mudança na maneira de funcionamento da família e suas diversas áreas, provocando uma nova definição da vida familiar. Segundo Osório (1996a, p. 6), “as reconstruções familiares acarretam obviamente mudanças significativas no campo relacional familiar, provocando a emergência de situações sem precedentes para as quais não há experiências prévias na evolução da família”. No momento da separação, além de toda a problemática existente entre o casal, acumulam-se questões que envolvem os filhos e que precisam ficar muito claras quanto aos papéis parentais que devem se reestruturar depois da separação. Normalmente, os cônjuges formam uma nova família e acabam por estabelecer com a primeira família outro tipo de vínculo, nem sempre satisfatório, sobretudo para os filhos. O autor refere-se aos conflitos de lealdade que surgem entre os filhos de pais

separados, à questão de exercício da autoridade sobre os próprios filhos e os filhos do novo cônjuge, a duplicidade de lares, os pais de fim de semana, a família postiça, os papéis parentais que muitas vezes passam a ser exercidos por outros membros da família como tios ou avós. Eis alguns elementos que apontam a complexidade e a dramaticidade que permeia o contexto das famílias reconstruídas. Lidar com essas situações com clareza e amadurecimento, procurando conservar os vínculos de afeto e de autoridade, traduz-se em formas de relacionamento sadio que levam as famílias reconstruídas a conviverem com harmonia e equilíbrio necessários.

As dificuldades de ordem financeira também têm contribuído para acirrar o conflito familiar. Aqui, há vários contextos que podem ser abordados. Dois deles fazem um contraponto na sociedade: Há famílias que passam por inúmeras dificuldades financeiras, por desemprego ou baixos salários e, sem nenhum suporte governamental para se desenvolverem, levam seus filhos para a rua, onde, indiferentes a leis que as protegem contra a exploração do trabalho infantil, obrigam-nas a buscar qualquer forma de ganhar dinheiro para auxiliar o orçamento doméstico, sem preocupações com a educação ou com a ética. Em contrapartida, a crença de que bens materiais são extremamente importantes, leva muitos pais de classe média ou de classe alta a dedicarem grande parte de seu tempo ao trabalho, com a justificativa de que devem oferecer o melhor a seus filhos, em detrimento da própria companhia.

Em relação à dinâmica familiar durante o processo de adolescência, os conflitos podem se tornar ainda mais intensos, dadas as peculiaridades desta fase. O processo de desenvolvimento humano da infância ao início da adolescência, caracteriza-se por uma dependência em todos os sentidos. Outeiral (1994) afirma que a tarefa básica da adolescência é o processo de independentização dos pais, reiterando, no entanto, que a independência é algo que nunca se atinge totalmente. Parece haver ambigüidade de significado nessa afirmação, pois se a independência nunca é atingida, pela própria necessidade de convivência

social, é difícil a concepção de independência na relação adolescente/pais. Parece não ser uma época de suficiente maturação emocional para a idéia de independência. Acontece que o adolescente, para dar sentido a sua subjetividade, necessita passar por um processo inverso ao de sua infância, isto é, precisa de um certo distanciamento dos pais para a conquista de novos espaços de significação social mais intensos que os até então vividos. Para os pais é um processo difícil, pois a tendência é não aceitar essa necessidade do filho como algo normal, mas como “perda da função paterna da infância” (LEVISKY, 1995, p.151), vinculando à idéia de ruptura que, na verdade, não chega a ocorrer. Trata-se de, conforme Outeiral (1994, p. 16) “uma transformação de vínculos infantis de relacionamento por um outro tipo de vínculo mais maduro, mais independente e mais adulto”. Entretanto, a tendência dos pais é, a princípio, não concordar com esse processo, que pode configurar-se como desqualificação de sua autoridade paterna. Na prática, o adolescente necessita “desvalorizar os pais, pois assim sentirá que se afasta sem perder muito” (OUTEIRAL, 1994, p. 17). Além disso, os pais podem ser levados a passar pela denominada “crise de envelhecimento”, (LEVISKY, 1995, p. 152), em que o processo de tornar-se adulto do filho, lhe traz a realidade de sua velhice. O corpo do filho passa de infantil a jovem; o seu, envelhece. Para o adolescente interessa o futuro, os pais “têm seu discurso cada vez mais centrado no passado” (OUTEIRAL, 1994, p. 17).

Diante de todo esse quadro de conflitos que as diversas formas de configurações subjetivas manifestam na família por ocasião da adolescência de um de seus membros, é importante ressaltar o significado dos processos de comunicação, encontrado em González Rey (2004a, p 29). O autor afirma que a questão da saúde como “uma expressão integral do desenvolvimento humano” permeia todas as instituições sociais, entre as quais a família tem importância primordial. A maneira como se pode estabelecer a saúde nos relacionamentos familiares é preservá-la nos “sistemas de comunicação que a caracterizam” (ibidem, p.46). O sistema de comunicação que o autor considera o mais eficiente no ambiente familiar refere-se

ao **diálogo** e à **participação**, através dos quais os membros da família podem se constituir como sujeitos. O autor (ibidem, p. 45) assevera:

O diálogo é a única forma de legitimar a singularidade dos sujeitos envolvidos em vínculos institucionais, porque por meio dele as pessoas manifestam, de forma diferenciada e ativa, suas considerações sobre um determinado tópico, aparecendo, assim, diferentes alternativas a partir da troca de idéias, da força das fundamentações implicadas, da lógica dos argumentos apresentados e do clima promovido pelo diálogo, o qual é decisivo para a formulação das alternativas diante da situação que gerou a discussão.

É, portanto, através da participação ativa em todos os processos da família que seus membros podem promover a organização do ambiente familiar, resolvendo os conflitos individuais e recíprocos, com diálogos claros e evidentes sobre suas problemáticas, sobretudo em momentos de crise, como costuma ocorrer no período da adolescência. A falta de diálogo esclarecedor que responda a contento a essas dificuldades e dúvidas tem sido um empecilho para a convivência harmoniosa e para o desempenho das atribuições dos papéis familiares. Com isso, a tendência é que haja grandes perdas para todos os membros, mas sobretudo para os filhos, já que a infância e a adolescência são períodos da vida de extrema importância para a estruturação de suas identidades que deve se dar pela identificação com adultos socialmente adequados, preferencialmente os pais.

2.2. O sujeito, a subjetividade e os sentidos subjetivos:

Na teoria da subjetividade, o sujeito é um dos elementos de um sistema aberto em constante movimento entre a interioridade e a exterioridade do indivíduo. Para os teóricos da subjetividade, o sujeito é um processo continuamente atualizado no ambiente social, onde se relaciona com o outro por intermédio da palavra e da linguagem em geral, mas não é a palavra em si que exerce o poder de constituir o sujeito. Segundo Bakhtin, citado em Mota e Souza (2005, p. 2), “o sujeito emerge do outro através da enunciação (interação verbal) e não do

enunciado em si; a partir de experiências dialógicas com outros ‘eus’, é que o ‘eu’ do sujeito se organiza para se tornar autor de si mesmo”. Na convivência familiar, a interação que é diuturnamente realizada entre pais e filhos através da fala, possibilita ao adolescente dar sentido às suas mais variadas experiências familiares e ir se constituindo como sujeito. Rosa (2000, p. 32) expõe sobre a existência do outro na existência de quem se supõe sujeito:

O sujeito, ao falar, dirige-se aos seus semelhantes, ou seja, àqueles que toma à sua própria imagem. Fala, portanto, com quem se identifica, com os que toma como reais. Fica implícito um pressuposto de base: de que existem outros sujeitos que não nós mesmos. Essa é a base da intersubjetividade. É a esses que nos dirigimos, ou seja, a quem não se conhece e que só se tem acesso pela linguagem.

Não há sujeito sem o outro. Não há o **outro** e o **eu** sem interação. Não há interação sem linguagem. Portanto, os filhos constituem-se como sujeitos e percebem-se como tal a partir da interação com os familiares, pelo sentido que dão a suas falas. De acordo com Koch, citado em Mota e Souza (2005, p. 1):

Conversamos, lemos, escutamos nossos interlocutores, trocamos idéias, vemos televisão, ouvimos rádio, acessamos a Internet, nos constituímos socialmente através da linguagem, a qual é concebida em três dimensões: como representação do mundo e do pensamento, como instrumento de comunicação e como forma de ação e interação

O autor se refere a simples atividades diárias que podem se traduzir em configurações que ofereçam aos familiares, possibilidade de interação e de troca, com um sem fim de oportunidades de se conhecerem, de se relacionarem, de aprenderem juntos e irem, dessa forma, constituindo suas subjetividades, pela constante ressignificação de suas experiências em conjunto. Como propõe González Rey (2004a), o diálogo em família propicia um ambiente saudável para o aprendizado comum e para a constituição de suas subjetividades. O adolescente necessita dos modelos com quem se identificar e formar sua

personalidade, pois o ser humano é incompleto sem o outro. Sobre isso afirmam Mota e Souza (2005, p.3):

A incompletude é inerente ao sujeito; a alteridade torna-se fundamental para a constituição de identidades sociais; a noção do “eu” é sempre social, dividindo-se em três categorias: o eu-para-mim, o eu-para-os-outros e o outro-para-mim .

Assim, tomando-se o lar como base social deste trabalho e as relações pais e filhos adolescentes como experiências que formam suas histórias de vida, percebe-se que, em seu dinamismo, os sujeitos pais e os sujeitos filhos constituem-se nessa base social, como um ponto de tensão entre o **eu** e o **outro**, significando e ressignificando suas histórias pessoais.

Segundo González Rey , em Mitjáns, acesso em 10/10/2007, p. 7):

O outro existe numa seqüência histórica de uma relação que vai se transformando em sistema de sentido, a partir do qual esse outro passa a ter uma significação no desenvolvimento psíquico da criança, tanto pela produção simbólica delimitada nesse espaço de relação, como pela produção de sentido que a acompanha.

A partir dessa citação, compreende-se o processo de constituição do sujeito, isto é, o ambiente social desenvolve determinados significados oriundos das tradições, dos costumes, dos valores, das práticas de uma sociedade. Esses conteúdos permeiam as relações do sujeito com o outro e adquirem significados compartilhados das experiências vividas por ambos. Ao mesmo tempo, o sujeito dá sentidos próprios a esses significados através de um processo que o autor denomina de “configurações subjetivas que têm um caráter gerador, definindo o surgimento de processos subjetivos” (GONZÁLEZ REY, 2007, p. 136). Por isso, não há como definir sujeito sem referir-se a sentidos subjetivos, a configurações subjetivas, a subjetividade individual e a subjetividade social, outros elementos conceituais desse sistema. É preciso que se compreendam os sentidos subjetivos como “um processo que integra a ação e os diferentes sistemas de relações do sujeito, assim como a organização da vida social e as

configurações subjetivas como aspectos organizativos das produções de sentido subjetivo” (ibidem, p. 129).

Ainda para o autor (2004b, p. 127), “a subjetividade se produz de forma simultânea em todos os espaços da vida social”, concebendo o sujeito como um ser sócio-histórico-cultural que se desenvolve a partir de:

*processos de subjetivação em cada uma de suas atividades atuais e que os sentidos subjetivos produzidos em cada uma dessas atividades constituam subjetivamente as outras, em um processo permanente de **integração, organização e mudança** que tem que ser captado em seu caráter processual (grifo da autora).*

Diante dessa concepção de sujeito e as dificuldades encontradas pelos adolescentes na expressão de sua subjetividade, pode-se dizer que, na verdade, os comportamentos vistos como socialmente inadequados são expressões de uma tarefa psíquica do adolescente em que se vê desintegrado, procurando a **integração**, desordenado, procurando a **organização**, mas com dificuldades de aceitar a **mudança**. E assim, ele vai se constituindo nos vários espaços sociais, que começam a abrir-se para ele, além do lar.

Para o autor (2005a, p. 21), “o conceito de sentido subjetivo fundamenta uma concepção histórico-social da subjetividade”, que permeia tanto o sujeito individual, como o ambiente social, no qual o indivíduo se movimenta, se relaciona, se significa e se ressignifica constantemente. Esse espaço constitui a subjetividade social que influencia o sujeito e é por ele influenciada. O autor (ibidem, p. 24) ainda afirma que, “a subjetividade social apresenta-se nas representações sociais, nos mitos, nas crenças, na moral, na sexualidade, nos diferentes espaços em que vivemos e está atravessada pelos discursos e produções de sentido que configuram sua organização subjetiva”. O lar é o primeiro espaço histórico-social na vida de um indivíduo. Na interação familiar, os membros vão constituindo seu repertório de significados compartilhados nas experiências coletivas das crenças e tradições que configuram a subjetividade social do grupo familiar. É comum que surjam, na época da

adolescência, contestações a respeito de padrões sociais que foram vividos e aceitos pela criança, mas que passam a ser questionados pelos jovens. Esse é um aspecto inerente à adolescência contemporânea e que pode ser considerado saudável, pois representa tentativas dos adolescentes de se afirmarem como sujeitos singulares, privilegiando, nesse momento, a subjetividade individual. Mais adiante, de acordo com as experiências vividas e com um novo padrão de maturidade adquirido, novas configurações se realizam e os jovens passam a dar outros sentidos às representações sociais.

Por fim, o processo que leva a efeito o indivíduo é a subjetividade individual, permeada pela composição que a subjetividade social adquire na sua história de vida. É evidente que o cenário compartilhado socialmente pelos indivíduos é o cenário do significado da palavra que acaba por ocupar um espaço subjetivo no indivíduo. Mas as mais diversas e peculiares configurações como o indivíduo dá sentido a esse significado é o que o constitui como humano, diferente, singular. Mediante essas concepções e o tema desenvolvido nesse trabalho, conclui-se que o lar é um contexto sócio-histórico-cultural que fundamenta a construção da identidade e é responsável pelos aspectos básicos da subjetividade individual. As experiências vividas pelo adolescente em seu contato com os familiares, através da linguagem e do significado compartilhado da palavra e das concepções sociais de mundo, se misturam a suas vivências internas, organizam-se em configurações subjetivas que produzem sentidos subjetivos, constituindo a subjetividade individual. e a subjetividade social. Trata-se de um processo que tem também o seu reverso: as atitudes dos adolescentes, já configuradas pelos sentidos subjetivos, influenciam a subjetividade do outro, no caso, os pais. As relações entre esse grupo familiar ocorrem, portanto, do encontro entre subjetividades que se transformam a todo o momento.

2.3. A importância da instituição familiar para o desenvolvimento dos jovens

Embora todos os conflitos e crises que as instituições sociais têm enfrentado nos últimos tempos, uma verdade permanece incontestável: a importância da família “enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos” (KALOUSTIAN, 2000, p. 11). É o primeiro espaço de que o indivíduo participa e que lhe garante a sobrevivência, a subsistência, a proteção, o desenvolvimento, o afeto, a perspectiva de continuidade, desempenhando, dessa forma, um papel decisivo na educação formal ou informal, na aquisição de valores culturais, morais, éticos, solidários e humanitários. Na concepção de Manzini-Covre (2000, p. 107), “a família, como uma organização social, é campo do processo de alteridades, é campo para se pensar também o exercício da cidadania”. Os pais que possibilitam a seus filhos a expressão de suas opiniões, suas dúvidas, seus questionamentos e que os estimulam a externá-las, certamente estão tentando exercitar nos jovens o seu papel de sujeito social e de cidadão de sua sociedade.

O ambiente familiar é uma instituição social que recebe influências de toda ordem, assim como influencia outras instituições a partir de sua base. Em relação à adolescência, a primeira instituição a sofrer a influência da família é a escola. Como um prolongamento da vida do adolescente, a escola também tem uma função na família – é aquela que se ocupa da educação formal, além de facilitar o processo de diferenciação e individuação do jovem, tendo em vista que seu aprendizado já se iniciou no lar. Osório (1996b) argumenta que a escola oferece uma introdução à vida social fora do âmbito doméstico, proporcionando ao jovem o processo de diferenciação entre o indivíduo e sua matriz familiar original, o que é indispensável para seu crescimento e amadurecimento. Por isso, segundo o autor (1996b, p.94),

os pais devem imiscuir-se o menos possível nos assuntos escolares de seus filhos, pois se trata de um processo de aprendizagem para a vida, enfrentar e superar situações desconhecidas, relacionar-se com o mundo tal como é, com seus atrativos e desencantos, suas gratificações e frustrações.

Isso não quer dizer, no entanto, que os pais ignorem totalmente a vida escolar dos filhos, delegando à escola tarefas que continuam sendo da família, como dar suporte às ansiedades existenciais das crianças e dos jovens, amenizando-lhes os temores e as inseguranças, além de estabelecer limites em sua conduta, visando ao seu bem estar e ao do outro.

Se é comprovado que a família é importante na formação de suas crianças e jovens, é também claro que ela vem enfrentando mudanças profundas. A família tradicional burguesa, da época moderna, composta de pai, mãe e filhos, vem se transformando aceleradamente, constituindo-se das mais variadas formas. O trabalho da mulher fora de casa, o divórcio, a vida social e econômica, as famílias monoparentais (geralmente de responsabilidade da mãe), os casais constituídos de pessoas do mesmo sexo definem as mais variadas composições familiares por diferentes sujeitos. Foram fatores que fizeram com que se distinguíssem os elementos históricos da família, para além do concebido em séculos passados. Por isso, a família vem se adaptando e se readaptando constantemente a essas novas formas, que, se surpreendem pela distinção existente em comparação com a família tradicional burguesa, possibilitam que suas novas compleições sejam socialmente aceitas, garantindo a cidadania e a dignidade a seus membros.

Segundo González Rey (2004a, p. 30), a importância da família transcende o papel social. O autor atribui-lhe o caráter de prevenção da saúde, para o que todas as instituições sociais devem convergir, declarando:

A família é um elemento fundamental na promoção da saúde humana, pois nela se forma a personalidade dos mais novos e se desenvolve permanentemente a dos mais velhos. A família é, também, um cenário permanente de produção subjetiva.

Ainda segundo o autor, trata-se de um ambiente de primordial relevância no desenvolvimento afetivo que tem por base a valorização das relações familiares. É no lar que crianças e jovens aprendem a lidar com sentimentos, educando sua sensibilidade em relação “aos mais idosos, aos animais e às plantas” (ibidem, p.30). Desenvolvem, assim, sua subjetividade, dando um sentido subjetivo positivo à capacidade de amar. Todas essas possibilidades podem ocorrer

mediante uma comunicação autêntica, manifestada pela capacidade de ouvi-los, de atendê-los, de estimulá-los, de mostrar-lhes nossas reflexões, de contar-lhes histórias e anedotas, além de outras formas de contato vivo, sem as quais a relação com a criança seria incompleta (ibidem, p. 30).

Essa convivência sadia tem a função de proporcionar a todos os membros da família, em especial aos filhos, um clima e um ambiente favoráveis para o desenvolvimento emocional saudável da personalidade. Ao contrário, as famílias que não suprem essa necessidade tendem a gerar em seu seio a frustração e a insatisfação que são “fonte de distresse e ansiedade”, que, por sua vez “podem se converter em fontes de desequilíbrio psíquico e somático” (ibidem, p.31), levando às enfermidades.

Uma boa relação afetiva com os filhos adolescentes traduz-se em grandes benefícios individuais e sociais, na medida em que os jovens desenvolvem boa auto-estima, com força interna para lidar com situações de tensão, segurança nas relações familiares e sociais. Para Osório (1989, p. 82), os únicos laços que amarram afetivamente as pessoas são os laços do bem-querer. Segundo o autor:

Não há outra forma de assegurar o amor dos filhos pelos pais (e vice-versa) que não seja pelo livre e espontâneo exercício do bem-querer. E querer bem tanto pode ser dar ao outro consciência de seus limites como renunciar a qualquer forma de domínio sobre sua pessoa. Isto é particularmente importante em se tratando de adolescentes

A importância de um relacionamento familiar sadio, em que os pais demonstram sua capacidade de amar os filhos, mesmo quando impõem os limites necessários à convivência social adequada, tende a gerar jovens integralmente motivados, sujeitos de suas histórias e atores sociais da história de sua comunidade.

2.4. As implicações psíquicas de alguns aspectos da adolescência na constituição da subjetividade

Adolescência é um termo com origem no latim que admite duplo significado. Em Lima (1967, p. 35), no Dicionário Latino-Português, encontra-se **adolesco, -is, -ere**, no sentido de *crescer, desenvolver-se, engrossar, tornar-se maior* e no sentido de *transformar-se em vapor, arder, queimar*. Ainda um outro significado é encontrado em Cunha, citado em Outeiral (1994, p. 6), que no Dicionário etimológico de língua portuguesa apresenta “adolescente, do latim *adolescere*, significa *adoecer, enfermar*”. Esses significados em relação à adolescência explicam-se por se tratar de uma fase evolutiva na vida de todo ser humano onde se enfrentam transformações de caráter físico e biológico que podem ser expressas tanto pelos termos *crescer, engrossar*, quanto pelas metáforas *arder, queimar* e mesmo *adoecer*. É uma fase psicossocial em que se buscam novas formas de visão de si e do mundo. Trata-se de dar à antiga visão infantil de mundo, de sociedade e da família uma nova edição, visando a definir os papéis individual, social, sexual, ideológico, vocacional, entre outros.

Cumprido estabelecer, no início dessa discussão, a distinção entre o aspecto físico e biológico, a que se denomina **puberdade**, do latim **puber, -eris**, que significa *coberto de pelos* numa referência à mudança do corpo dos jovens em distinção ao corpo infantil, e o caráter psíquico e social que constitui a **adolescência** propriamente dita e que é o objeto central desse estudo. Em Outeiral (1994, p.5), há clareza nessas conceituações:

Puberdade é um processo biológico que inicia, em nosso meio, entre nove e quatorze anos aproximadamente e se caracteriza pelo surgimento de uma atividade hormonal que desencadeia os chamados “caracteres sexuais secundários”. Adolescência é basicamente um fenômeno psicológico e social. Esta maneira de compreendê-la nos traz importantes elementos de reflexão, pois, sendo um processo psicossocial, a adolescência terá diferentes peculiaridades conforme o ambiente social, econômico e cultural em que o adolescente se desenvolve.

O autor esclarece sobre a dificuldade psíquica com que o jovem enfrenta as mudanças em seu corpo, desconhecendo-se como o antigo corpo infantil, até então estabelecido e assegurado pelas estruturas familiares de cuidado e apoio. É provável a conturbação que pode advir ao adolescente do elemento **corpo** na constituição de sentidos subjetivos para essas mudanças: como constituir algo (a subjetividade) em algo (o corpo) que muda a cada dia? A afirmativa do autor (ibidem, p. 12) sobre “as tentativas de controlar o processo que está em marcha” tem seu significado se a defrontarmos com a teoria da subjetividade. Se o jovem tenta constituir-se como sujeito, encontra em si mesmo o maior dos empecilhos – o corpo que não mais reconhece. Outeiral (1994) explica que, inconscientemente, ele pode buscar formas de impedir esse obstáculo, gerando outros processos que podem desencadear quadros de sofrimento físico e psíquico. E o resultado surge como um sentimento de impotência em relação a si mesmo, dificultando o processo subjetivo. Entretanto, não se deve explicar um processo tão amplo como a subjetividade na fase adolescente em termos tão definitivos. É preciso que se tenha clareza em dois aspectos: os processos diferenciam-se de indivíduo para indivíduo e a subjetividade é um processo e, como tal, está também em constante mutação. O autor (ibidem p. 13) avalia que a relação com o corpo é uma das maneiras de se evidenciar “o grau de normalidade de um adolescente”. Pode senti-lo como parte integrante de si mesmo ou como algo dissociado de si, o que acarretam os transtornos. No entanto, há de se considerar que os elementos sócio-históricos do adolescente na sua relação com o corpo são mais decisivos para estabelecer um padrão de saúde do que o processo puberal em si.

Um outro ponto a ser esclarecido é em relação às fases da adolescência. Outeiral (1994, p. 6) informa que “a Organização Mundial de Saúde considera a adolescência como constituída em duas fases: a primeira, dos dez aos dezesseis anos, e, a segunda, dos dezesseis aos vinte anos” (p. 6). Para o autor, as características da adolescência se organizam em três etapas, mas adverte que essas características se confundem, se alternam e apresentam “flutuações” (p. 6) entre uma e outra fase. Assim:

- *A adolescência inicial (de dez a quatorze anos) é caracterizada, basicamente, pelas transformações corporais e as alterações psíquicas derivadas destes acontecimentos.*
- *A adolescência média (de quatorze a dezesseis ou dezessete anos) tem como seu elemento central as questões relacionadas à sexualidade, em especial, a passagem da bissexualidade para a heterossexualidade.*
- *A adolescência final (de dezesseis ou dezessete anos a vinte anos) tem vários elementos importantes, entre os quais o estabelecimento de novos vínculos com os pais, a questão profissional, a aceitação do ‘novo’ corpo e dos processos psíquicos do ‘mundo adulto’.*

Allport (1973, p. 166) parece discordar do estabelecimento de faixas etárias para indicar as fases da adolescência. Referindo-se aos ritos que ocorrem em muitas culturas como *crisma*, *Bar Mitzvah*, diplomação na escola primária, festa de quinze anos, ele pergunta: “Será que esses ritos realmente assinalam o ingresso na idade da razão? Quem é que pode dizer onde é que começa a maturidade? O adolescente não sabe, mas a sociedade também não”. Outeiral (1998, p. 46), expõe que “os ritos de iniciação ou ritos de passagem puberal constantes, embora sob diversas formas, em todas as culturas, representam um simulacro de morte da criança que ressuscita, em seguida, como membro do grupo de adultos”. E continua: “os ritos de iniciação são, assim, mecanismos sociais de defesa que buscam levar o púbere a aceitar as normas de seu clã” (ibidem, p. 48). Esses posicionamentos correspondem na teoria da subjetividade ao que explicita González Rey (2003, p. 202):

A subjetividade é um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e individual. Os processos sociais deixam de ser vistos como externos em relação aos indivíduos, ou como um bloco de determinantes consolidados, que adquirem o status de 'objetivo' diante do subjetivo individual, para serem vistos como processos implicados dentro de um sistema complexo, a subjetividade social, da qual o indivíduo é constituinte e, simultaneamente, constituído

Os fatos culturais e sociais em forma de ritos são experiências que, mesmo entendidas como externas ao indivíduo, estabelecem sentidos subjetivos no adolescente, constituindo a subjetividade individual que se reflete no social, constituindo a subjetividade social. Não são determinantes, mas assumem variações de significado que obedecem aos sentidos do sujeito.

Pode-se dizer que a adolescência é sinônimo de crise, mas como observa Erikson, citado em Osório (1996b, p 76), “a palavra 'crise' já não tem o significado de catástrofe iminente que em certo momento pareceu constituir um obstáculo à compreensão do termo, mas designa um ponto crítico necessário ao desenvolvimento tanto dos indivíduos como de suas instituições”. Para o autor (ibidem, p. 76), a adolescência é uma crise vital, não-patológica, mas uma “crise normativa”, isto é, “um momento evolutivo assinalado por um processo normativo, de organização e estruturação do indivíduo”. O eixo central desse processo de reorganização é a elaboração de lutos gerados por três perdas fundamentais: Primeiro, a perda do corpo infantil, fase em que o adolescente tende a viver com muita ansiedade as transformações corporais ocorridas a partir da puberdade, por não conseguir se reconhecer nesse *novo* corpo. É preciso que faça uma reformulação de seu mundo interno e externo, processo bastante doloroso. Em segundo lugar, ocorre também a perda dos pais da infância, que, até então idealizados e valorizados, passam a ser alvo de críticas e questionamentos. O adolescente passa a buscar figuras de identificação fora do ambiente familiar e tenta um afastamento dos pais, procurando substituir muitos aspectos de sua identidade formulada em modelos familiares por outros modelos aleatórios, como professores,

colegas, ídolos... A terceira perda refere-se ao abandono da identidade infantil e do papel sócio-familiar infantil, o que gera profunda insegurança, pois seus antigos padrões de comportamento já não se adequam às expectativas da sociedade e da cultura. Seu refúgio é o grupo que exerce importante função socializadora, pois facilita o distanciamento dos pais e oportuniza novas identificações. Segundo Outeiral (1994, p. 72), “o grupo de adolescentes é um dos mais importantes para a busca de identificação. No grupo se oferecem situações variadas e múltiplas que são necessárias aos jovens”. É preciso considerar, entretanto, as características familiares e sociais do ambiente em que vive o adolescente que, na concepção a teoria da subjetividade, exercem maior influência no desenvolvimento psíquico, sobretudo nessa fase. As influências que as transformações físicas exercem no psiquismo não obedecem a um padrão específico e pré-estabelecido, mas organizam-se na convivência familiar e social e adquirem sentidos subjetivos a partir dos significados em comum.

A abordagem psicanalítica supõe que os adolescentes devem elaborar essas perdas por verdadeiros processos de luto que, segundo Levisky (1995, p. 113), podem incluir:

muito sofrimento, turbulência e fases de depressão, em consequência das perdas sucessivas e abrangentes que ocorrem em seu corpo infantil, no seu mundo interno e na qualidade de suas relações consigo mesmo, com as pessoas, com o tempo e com o espaço.

O luto considerado pelo autor é um processo longo e instável de elaboração de todas essas transformações que fazem parte da constituição de uma nova identidade. Para os teóricos da subjetividade, trata-se de um processo social e individual. Segundo Martín Baró, citado em González Rey, 2003, p 231):

A identidade pessoal é ao mesmo tempo produto da sociedade e produto da ação do próprio indivíduo. Se chega a esta consequência como resultado da pessoa humana como um ser de história: a identidade pessoal se forma na confluência de uma série de forças sociais que operam sobre o indivíduo e diante das quais o indivíduo atua e

se faz a si mesmo. Ao atuar, o indivíduo gera uma realidade e a conhece como tal, porém, por sua vez, a ação se torna possível pelas forças sociais que se renovam no indivíduo.

A partir dessa formulação e acompanhando o pensamento de González Rey (2003, 201), pode-se perceber que toda a elaboração do adolescente ocorre numa “dialética entre o individual e o social” e todas as transformações se dão com base nessa relação em que o adolescente ressignifica suas características infantis para que tenham sentido subjetivo e significado socialmente compartilhado.

Em Outeiral (1994, p. 28), encontra-se um quadro de sintomas e tipos de evolução do processo da adolescência que podem ser percebidos como de prognóstico favorável ou não. Entre os sintomas de uma evolução possivelmente favorável, o autor cita:

bom contato afetivo com familiares, ausência de antecedentes infantis de agressividade impulsiva, prática de esportes ou hobbies e interesse artístico-cultural, atividade heterossexual predominante, presença de níveis significativos de ansiedade e evidência de certo grau de consciência da inadequação de seu comportamento.

Entre os sintomas possivelmente desfavoráveis:

frieza ou indiferença afetiva com o grupo de familiares, presença de antecedentes infantis de agressividade impulsiva, ingestão sistemática de drogas, área de lazer circunscrita à prática de nítido sentido auto ou heterodestrutivo, sem propósito criativo, ausência de ansiedade evidenciável e nenhum grau de consciência da inadequação de sua conduta..

O modelo médico presente nas classificações de *favorável e desfavorável*, reifica o processo da adolescência, estabelecendo padrões de conduta, sem considerar as singularidades do sujeito. A visão da teoria da subjetividade pressupõe que essas condições propostas pelo autor estão em relação direta indivíduo/sociedade e que o adolescente expressa em sua conduta as configurações subjetivas que consegue internalizar das representações sociais do ambiente onde vive. Winnicott (1997, p. 117) esclarece:

O ambiente desempenha, neste estágio, papel de imensa importância, a ponto de ser mais adequado, num relato descritivo, supor a continuidade da existência e do interesse do pai, da mãe e da família pelo adolescente. Muitas das dificuldades por que passam os adolescentes, e que muitas vezes requerem a intervenção de um profissional, derivam das más condições ambientais; este fato apenas serve para enfatizar a vital importância do ambiente e da família para aquela imensa maioria de adolescentes que de fato chega à maturidade adulta, mesmo se, para os pais, o processo todo seja pontilhado de dores de cabeça.

O adolescente e os pais, ou seus representantes, são elementos constituintes da subjetividade social e individual deste estágio. Segundo González Rey (2003, p. 202), trata-se de um processo que não se define “de forma unilateral pelas características dos espaços sociais dentro dos quais os indivíduos vivem”. Há uma diferenciação entre indivíduos, ambientes, momentos, relações, tornando a constituição da subjetividade social e individual um processo singular e dinâmico com configurações que vão ao longo do tempo representando as ações do outro para o sujeito e as ações do sujeito para o outro. O ambiente favorável, em que os adolescentes têm oportunidade de exporem suas idéias, suas dúvidas, suas opiniões e que tenham certeza de serem aceitos e acolhidos, oferece, certamente, melhores condições de desenvolvimento da subjetividade individual.

Entretanto, nem sempre as relações são cordiais: as tentativas dos filhos de se afirmarem, na maioria das vezes geram conflitos ocasionados por medo de perder o filho da infância, ou receio de perder para o filho o significado de *pai* ou de *mãe*. Na certeza de fazer o melhor, muitos pais exercem um autoritarismo sem explicações ao filho dessa sua atitude. Ou, ao contrário, o medo de perder faz com que os pais sejam permissivos, realizando todas as vontades do filho. Uma ou outra atitude é permeada da subjetividade individual dos pais, constituída a partir das relações com seus pais.

Em relação à permissividade ou proibição, Outeiral (1994, p. 34) fala sobre a noção de limites. Para ele,

limite é uma palavra que, muitas vezes, tem conotação negativa, ligada erroneamente à repressão, proibição, interdição; no entanto, limite é algo muito além disso: significa a criação de um espaço protegido dentro do qual o adolescente poderá exercer sua espontaneidade e criatividade sem receio nem riscos.

Oferecer esse espaço ao filho adolescente significa dar-lhe oportunidade de crescer e se desenvolver em um ambiente saudável, capaz de permitir que a desvinculação dos pais da infância ocorra com naturalidade, sem traumas nem frustrações, sentindo-se apoiado nas suas investidas sociais. Dizer *não*, estabelecer limites para a atuação do adolescente é colaborar para que seu espaço mental e temporal amadureçam e se organizem no tempo certo, que varia de acordo com as especificidades do ambiente social.

Dessa forma, as características típicas da adolescência como busca de si mesmo e da identidade adulta, tendência grupal, necessidade de intelectualizar ou fantasiar, crises religiosas, evolução sexual, atitudes sociais reivindicatórias, contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta, separação progressiva dos pais, constantes flutuações do humor e do estado de ânimo não são iguais para todos os adolescentes; ao contrário, seguem uma relação dialética entre si mesmo e as pessoas com quem convive, o ambiente onde vive, as representações e valores sociais inerentes a esse grupo.

Capítulo 3

Pesquisa Qualitativa: metodologia, instrumentos, cenário e sujeitos

3.1. A pesquisa qualitativa como metodologia

O desenvolvimento de uma metodologia que melhor se adapte à pesquisa em psicologia, sobretudo quando o foco do estudo é a subjetividade, inevitavelmente se depara com a epistemologia qualitativa, como forma de construir um conhecimento que sirva às exigências do estudo da complexidade do sujeito. Em González Rey (2005b, p. 26), encontra-se:

O desenvolvimento de uma epistemologia para os processos envolvidos na construção teórica das formas mais complexas que hoje se integram à representação do objeto da psicologia, entre elas a subjetividade, exige identificar e satisfazer as necessidades epistemológicas subjacentes a essa construção.

De acordo com a teoria da subjetividade, todo ser humano organiza-se pelos sentidos subjetivos, socialmente e culturalmente produzidos. Para se chegar a compreender as configurações subjetivas envolvidas na construção da subjetividade de um indivíduo, é preciso que se utilizem métodos em que os sujeitos envolvidos compartilhem dessa construção, mesmo com todas as contradições que representam suas subjetividades. Na palavra do autor (ibidem, p. 29), a epistemologia qualitativa representa “um esforço na busca de diferentes formas de produção de conhecimento em pesquisa qualitativa que permitam a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica que representa a subjetividade humana”.

Como aponta Minayo (1994, p. 21), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Todas essas representações estão imersas numa complexidade inerente ao movimento dinâmico de relação entre o que os sujeitos pensam,

sentem, falam e o contexto da vida social que determina essas representações. Pode-se dizer, então, que a pesquisa em psicologia depara-se com questões subjetivas dos sujeitos analisados que não surgiriam nos métodos quantitativos. Segundo González Rey (2005b, p. 48), “quando falamos do quantitativo em psicologia, nós nos referimos a entidades que não tem significação fora de sua definição numérica”. Como a entidade que interessa ao pesquisador é o estudo da subjetividade, é fácil compreender que os números não corresponderiam às realidades experienciadas pelo sujeito e pelo pesquisador. Assim elucida o autor (ibidem, p. 28):

A subjetividade enquanto sistema se expressa em organizações inviáveis aos procedimentos metodológicos que operam por meio da definição, do controle e da manipulação de variáveis; se expressa em configurações que mantêm núcleos relativamente estáveis de produção de sentidos subjetivos, mas que integram e expressam sentidos diferentes em momentos distintos da ação do sujeito ou do comportamento de um espaço social.

Se, para estudar a complexidade do sujeito, é visto que a pesquisa qualitativa é a melhor opção, é preciso que se entenda o que passa a ser realmente objeto de estudo. Dembo, citada em González Rey (2005b, p. 47), atribui à qualidade o objeto de estudo da pesquisa qualitativa, argumentando que qualidade é “a grande diversidade de entidades psicológicas”. A explicação de González Rey é ainda mais elucidativa. Para ele, qualidade é “seu caráter oculto à evidência” (ibidem, p. 47). O autor esclarece, dessa forma, que a realidade do sujeito não é aquela que surge na fala em si ou em outros meios externos, não é o que ele denomina de “conteúdo explicitamente declarado” (ibidem p.125). Aquilo que se observa não é o que realmente define o sujeito, tampouco o que demonstra sua subjetividade. O objeto de estudo do pesquisador é a compreensão desses processos ocultos, que não são conhecidos nem mesmo pelo sujeito.

Ainda de acordo com o autor (2005a), a epistemologia qualitativa propõe três princípios gerais de produção do conhecimento que aqui vão resumidamente: (a) defende o

caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, o que significa que há uma produção contínua do conhecimento que se fundamenta na inter-relação das experiências do sujeito e que pode ser parcialmente e limitadamente interpretada pelo pesquisador; (b) legitima a singularidade como produção de conhecimento, valorizando a história da constituição subjetiva do indivíduo como fonte de conhecimento científico e produção teórica, dando à subjetividade significado qualitativo; (c) assevera o caráter interativo do processo de produção do conhecimento, reconhecendo o processo dialógico das relações pesquisador e sujeito como condição essencial da produção de conhecimento.

O sujeito estudado é ativo e interativo, organizador de suas referências e de suas expressões no ambiente que frequenta. São características de um sujeito que se comunica e esse processo cotidiano do sujeito – a comunicação - é o processo que deve orientar a pesquisa qualitativa. A condução da pesquisa deve ocorrer de forma natural, sugerindo um momento de interação entre pesquisador e sujeito que revela o encontro de subjetividades, pois, de acordo com o autor, “só a presença do pesquisador na situação interativa que toda pesquisa implica, representa um elemento de sentido que afeta de múltiplas formas o envolvimento do sujeito estudado com a pesquisa” (2005a, p. 55). Assim, o autor sugere que a pesquisa ocorra em forma de diálogo: “O diálogo não representa só um processo que favorece o bem-estar emocional dos sujeitos que participam da pesquisa, mas é fonte essencial para o pensamento e, portanto, elemento imprescindível para a qualidade da informação produzida na pesquisa”.

Chizzotti (2000, p. 79) compartilha dessa opinião, afirmando sobre a pesquisa qualitativa:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e

interpreta os fenômenos atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significado nas relações que sujeitos concretos criam em suas ações .

Como aquilo que torna viável o trabalho do pesquisador é a informação, é preciso realizar um trabalho de construção teórica baseado no material surgido na pesquisa. Essa é uma exigência do processo de pesquisa qualitativa e deve ser construída sobre bases de humanização, na observância do sujeito como ser único e singular, cujos sentidos subjetivos de todas as experiências sofridas até então se expressam indiretamente, isto é, naquilo que foi denominado por González Rey (2005a, p.116) como “qualidade da informação”. Essa informação implícita não é expressa intencionalmente pelo sujeito, mas sim

no lugar de uma palavra em uma narrativa, na comparação das significações atribuídas a conceitos distintos de uma construção, no nível da elaboração diferenciada no tratamento dos temas, na forma com que se utiliza da temporalidade, nas construções associadas a estados anímicos diferentes, nas manifestações gerais do sujeito em seus diversos tipos de expressão etc

É visto, então, que o pesquisador não pode fundamentar seu trabalho na simples informação expressa pela palavra, mas no sentido que essa palavra assume na construção da subjetividade do sujeito. Para explicar melhor essa forma de pesquisa qualitativa, o autor (ibidem, p 112) criou o conceito de *indicador* para que o pesquisador encontre na fala do sujeito elementos que não surgem explicitamente. Assim:

um indicador é uma construção capaz de gerar um significado pela relação que o pesquisador estabelece entre um conjunto de elementos que, no contexto do sujeito estudado, permitem formular uma hipótese que não guarda relação direta com o conteúdo explícito de nenhum dos elementos tomados em separado.

Os indicadores de uma pesquisa se mesclam para que o pesquisador possa elaborar uma hipótese que corresponde a apenas um momento subjetivo, tanto do sujeito estudado como do próprio pesquisador, que assim o faz de acordo com seus próprios sentidos

subjetivos e de acordo com o material teórico que embasa a pesquisa. Não pode, por isso, determinar uma conclusão do pesquisador em relação ao pesquisado, pois a sua finalidade é explicar, segundo um determinado contexto e um determinado momento subjetivo.

3. 2. Os instrumentos

A partir dessas concepções, é preciso que se instale um processo de construção de hipóteses que permitam um norteamento para a compreensão dos sentidos subjetivos do sujeito estudado. A Epistemologia Qualitativa fundamenta-se nos três princípios expostos acima e que priorizam a interação entre pesquisador e pesquisado, o respeito à singularidade da expressão do sujeito e o caráter construtivo-interpretativo por parte do pesquisador. Como a Teoria da Subjetividade segue esses princípios, propõe a centralização do processo de pesquisa na relação entre pesquisador e pesquisado, sugerindo duas metodologias com características que atendem esses princípios e que foram escolhidas para a realização dessa pesquisa: *a dinâmica conversacional e o completamento de frases*. A análise e a compreensão da subjetividade do sujeito para a formulação das hipóteses deve inevitavelmente passar pelo relato de suas experiências pessoais, que pode ser estimulado por perguntas abrangentes capazes de dar ao pesquisador atento às *sublinearidades da fala*, a compreensão de seus sentidos subjetivos. Segundo González Rey (2005b, p. 126):

o relato expressa, de forma crescente, seu mundo, suas necessidades, seus conflitos e suas reflexões, processo esse que envolve emoções que, por sua vez, facilitam o surgimento de novos processos simbólicos e de novas emoções, levando à trama de sentidos subjetivos.

Mais que uma simples técnica de pesquisa, o diálogo oferece oportunidade para que o pesquisador mantenha a posição de interlocutor, facilitando o estabelecimento de um vínculo com o sujeito, oferecendo-lhe um ambiente de confiança e segurança. Esse processo possibilita ao sujeito expor seu pensamento de forma mais completa sobre o tema objeto da

pesquisa, e ao pesquisador, a possibilidade de perceber os indicadores que permitem o desenvolvimento do tema de maneira clara para futuras interpretações. Pretende-se, dessa forma, estabelecer com os pais e os adolescentes uma conversação que gire em torno da dinâmica familiar e dos possíveis conflitos surgidos, facilitando sua expressão e favorecendo a interação entre eles e a pesquisadora, na expectativa de iniciar o delineamento de hipóteses sobre a dinâmica da família. Os relatos abertos das situações surgidas entre os pais e os adolescentes favorecem a percepção dos indicadores de sentidos subjetivos dos familiares a respeito de seu relacionamento. É nesses relatos que os sujeitos se posicionam, não na simples condição de pesquisados com respostas pontuais a perguntas também pontuais do pesquisador, mas sobretudo como “sujeitos produtores da experiência” (GONZÁLEZ REY, 2005b, p. 131). No uso do instrumento da dinâmica conversacional, o pesquisador se expõe simplesmente como interlocutor atento e participativo, influenciando o diálogo a partir de suas percepções e de sua subjetividade individual, e não como um pesquisador possuidor de um saber e de uma lógica que submeta os pesquisados e dê um tom de domínio à experiência da pesquisa. Conforme o autor, “os caminhos de sua expressão os escolhe a pessoa estudada, transitando livremente por eles através da complexa trama de sua experiência subjetiva” (2005a, p. 131).

O completamento de frases, como instrumento capaz de conduzir à compreensão dos sentidos subjetivos do pesquisado, tem a vantagem de ir construindo aos poucos, pela inter-relação de significados e sentidos, a interpretação necessária para uma construção de hipóteses que se aproxime o máximo possível de sua realidade subjetiva. O autor sugere que os agrupamentos de frases não devem ser estabelecidos a priori, sob pena de

embarcarmos nas mesmas limitações da análise descritiva de conteúdo: não conseguiremos integrar unidades de interpretação a partir do tecido de relações explícitas e implícitas que caracterizam a produção de um trecho de informação, nem seremos sensíveis às diferenças qualitativas sutis expressas em um mesmo conteúdo que aparece em construções e contextos diferenciados de expressão.

Evidencia-se, portanto, que, para a utilização desse instrumento, o pesquisador deve ter a sensibilidade de apresentar ao sujeito uma relação de frases a serem completadas em que os conteúdos se mesclam. A inter-relação desses conteúdos ocorre durante a interpretação, o que possibilita uma compreensão mais autêntica e genuína dos processos psíquicos atuais e dos sentidos subjetivos que o sujeito dá às suas experiências. A análise a ser realizada deve considerar os agrupamentos de frases por conteúdos que vão se reunindo e formando uma teia de complexidade que sugerem ao pesquisador as hipóteses a respeito de sentidos subjetivos que permeiam as relações familiares. Segundo González Rey (2005), esses grupos de frases não podem ser considerados como definitivos para a interpretação, sob pena de não se realizar uma produção de informação em uma perspectiva construtivo-interpretativa. O pesquisador deve ter o cuidado de integrá-los a outros grupos de frases para evidenciar um processo com sentidos e significados próprios. Portanto, os agrupamentos de frases não dizem dos sentidos subjetivos do sujeito, mas representam uma ferramenta que se alia a outras técnicas para a organização do processo interpretativo.

Dessa forma, norteadas pelos princípios da epistemologia qualitativa expostos acima, a pesquisa pretende apreender os elementos indicadores presentes nas falas dos pais e dos adolescentes nas suas múltiplas dimensões. Para isso, prioriza os instrumentos que possibilitam a interação entre pesquisadora e sujeitos, sendo a dinâmica conversacional a técnica que melhor serve a esse propósito desde o primeiro contato. A técnica de completamento de frases concorre para a expressão própria de cada um dos sujeitos estudados, no caso, os pais e os adolescentes, respeitando o princípio da singularidade. Por fim, ambas as técnicas escolhidas possibilitam que se contemple o caráter construtivo-interpretativo previsto pela epistemologia qualitativa, no sentido de que a construção do conhecimento se dá de forma aberta, com participação dos elementos envolvidos e sem caráter conclusivo. Como processos de comunicação, objetivam reconstruir pela palavra

falada e escrita os sentidos subjetivos e os significados das experiências familiares. Como técnicas de pesquisa qualitativa, possibilitam compreender e interpretar o caráter oculto na fala dos pais e dos adolescentes sobre o que pensam de suas famílias, como se sentem nas relações familiares, e de que forma se referem a elas.

Quanto à questão específica do estudo da subjetividade, remete à análise de toda a informação colhida para que a pesquisadora compreenda os sentidos subjetivos que surgem configurados na fala dos sujeitos. Nesse contexto, interessa verificar as diferentes crenças, valores, representações de mundo e da sociedade brasileira, realização individual, significado da adolescência compartilhado pela família, motivos de seus conflitos, atitudes diante desses conflitos, desejos e aspirações.

3.3. O cenário

Para que as relações familiares sejam caracterizadas da forma mais natural possível, dá-se preferência à realização da pesquisa no próprio contexto familiar – o lar. Deseja-se, na visita ao lar dos sujeitos participantes da pesquisa, proporcionar um clima de espontaneidade em que possam se sentir à vontade para falar sobre suas percepções de família, suas problemáticas nesse contexto, para dar seus pontos de vista de forma clara e precisa. Através de contato telefônico com as famílias conhecidas, com as quais a pesquisadora não mantém vínculos de amizade, pretende-se convidar para a participação na pesquisa, explicando o seu objetivo e o caráter de voluntário para os participantes. Sugere-se um encontro onde se põe a família a par dos detalhes. Caso seja de interesse de todos, começa-se a realizar o primeiro diálogo. Propõem-se três ou quatro encontros assim distribuídos: o primeiro, fala-se dos aspectos gerais da pesquisa e como as famílias procuram se organizar como grupos. Nesse encontro, explica-se o completamento de frases, deixa-se uma cópia com cada um dos participantes e marca-se um próximo encontro com cada um deles. Se o casal preferir

conversarem juntos, propõe-se um encontro com os pais e outro com o adolescente. Se preferir encontros separados, estabelece-se um encontro com o pai, um com mãe e um com o adolescente.

3.4. Os sujeitos e seus contextos familiares

Os sujeitos convidados são famílias de pessoas conhecidas da pesquisadora, mas não de amizade mais profunda. Portanto, a pesquisadora não conhece a priori a organização e a dinâmica familiar. A primeira visita às famílias teve como finalidade explicar o trabalho de pesquisa a ser realizado, o tema desenvolvido, os aspectos legais desse trabalho, como o caráter voluntário dos participantes, a não obrigatoriedade de participação até o final, podendo interromper a qualquer momento sua participação, as técnicas utilizadas, bem como responder a qualquer dúvida. Portanto, toda a construção de informação realizada durante as conversações foi previamente autorizada pelos participantes, o que dá legitimidade às interpretações resultantes da aplicação dos instrumentos.

A primeira família é monoparental, composta por mãe, 42 anos, e quatro filhos assim distribuídos: um filho mais velho de 23 anos, que não vive mais na casa materna, uma filha de 17 anos, desempregada, com segundo grau completo, uma filha de 15 anos, a adolescente da pesquisa, que abandonou os estudos na 6ª série do 1º grau e uma filha de 7 anos, na 1ª série do ensino fundamental. A mãe é copeira de firma terceirizada em exercício em órgão público e conta com o salário, uma pensão do ex-marido e uma pensão extra-oficial da irmã falecida. A casa de moradia é alugada e fica nos fundos da casa do proprietário do lote. Conta com sala, cozinha-copa, um banheiro, um quarto de dormir, outro cômodo adaptado para ser outro quarto de dormir, separado da sala por uma cortina.

A segunda família é composta por pai, 38 anos, mãe, 39 anos, um filho de 15 anos, o adolescente da pesquisa, que, durante a realização desse trabalho, teve morte trágica por

suicídio. O casal tem atualmente dois filhos: uma menina de doze anos e um menino de sete anos. O pai é secretário escolar e a mãe é digitadora. A família reside em casa própria com sala, cozinha, sala de jantar, três quartos, dois banheiros, hall de entrada e garagem. A casa ainda está em construção.

Capítulo 4:

A Produção da Informação

Nesse capítulo, a pesquisadora se detém na análise dos diálogos registrados nos encontros com as famílias. O conhecimento aqui produzido deve ser entendido de acordo com os princípios da epistemologia qualitativa, como a construção e interpretação de um sujeito (a pesquisadora) que interage com os sujeitos estudados, envolvendo-se na trama da dinâmica conversacional, constituindo assim um produto de inteligibilidade de permanente transformação, mas que se legitima na produção de novos sentidos subjetivos sobre as dinâmicas familiares aqui estudadas. Durante as análises, leva-se em conta a fala dos sujeitos nos diálogos e no completamento de frases, comparando-se os indicadores de subjetividade, como determinadas palavras, expressões, respostas que digam de sua subjetividade velada e que possibilitem a interpretação da pesquisadora, na tentativa de compreender a subjetivação configurada sobre a adolescência presente no relacionamento entre os pais e os filhos adolescentes. A delimitação do tema foi previamente estudada pela pesquisadora, de acordo com o estudo bibliográfico registrado nos capítulos 1 e 2, não com o objetivo de estabelecer afirmações prévias, mas no sentido de fundamentar e legitimar a pesquisa. Portanto, as hipóteses não devem ser confirmadas nem refutadas, apenas devem ser utilizadas para se chegar ao objetivo de conhecer as subjetividades dos sujeitos pesquisados, consideradas suas singularidades.

Tendo sido realizados todos os encontros, registrados os diálogos, para posterior transcrição, deu-se início às análises e interpretações das falas, buscando associá-las à revisão bibliográfica.

A primeira a ser visitada, foi a família de D., separada do marido com quem viveu por 13 anos. Atualmente, mora com quatro filhas. O filho mais velho já não mora com a família. A partir do primeiro contato, D. mostrou-se disponível para a realização da pesquisa que, em

suas próprias palavras, “é um desabafo”. As iniciais utilizadas para a reprodução das falas correspondem a: P, pesquisadora; D, inicial do nome próprio da mãe; Y inicial do nome próprio da adolescente. A pesquisadora iniciou com uma pergunta bem geral. “*Atualmente, como está a convivência com seus filhos?*” Para González Rey (2005a, p. 127), é importante que se ofereça aos sujeitos a serem estudados “um tema para conversar”. D. começa dizendo:

D- Ta muito difícil. Aconteceram coisas que não foram boas, sem motivo. Fiquei decepcionada. Tive vontade de deixar os filhos e ir embora. Adolescentes dão muito trabalho. Y. (adolescente participante da pesquisa) me deu mais ainda que os outros. Não esperava que me dessem tanto. Estou decepcionada com os filhos e com os adolescentes. M. (filha mais velha) me responde mal. Ela me chama de mandona, diz que eu não converso, eu brigo, mas eu brigo porque elas não me ouvem, não fazem o que eu peço. Sempre tem briga, quer dizer, são freqüentes.

P- Por que você acha que isso acontece?

D- Por falta de maturidade delas e falta de paciência minha. Y. ta ficando bem agressiva de uns tempos pra cá. Ela não aceita o que eu falo.

No completamento de frases, D. escreve:

D- As coisas de que não gosto são as brigas, a má vontade de fazer certas coisas, a preocupação que uma das minhas filhas me dá, as más respostas.

Esse trecho denuncia que na configuração da relação de D. com as filhas, há indicadores de um sentido subjetivo de desânimo diante de uma convivência tumultuada, principalmente com Y., a adolescente da pesquisa, que, segundo ela, está mais agressiva que antes, e mais problemática que os outros filhos na época da adolescência. Y. parece compartilhar dessa opinião da mãe:

Y- Quando eu to discutindo, sou muito ruim, digo coisas pra ofender mesmo, quero sempre dizer as piores coisas.

A configuração subjetiva do papel de mãe, para D., representa um valor compartilhado pela subjetividade social de respeito diante da palavra materna. Segundo ela:

D- Y. não tem consideração comigo, não tem respeito. Os filhos têm que respeitar a mãe. Foi assim que eu aprendi.

Como isso não acontece em sua família, ela configura essa imagem em um sentido subjetivo de decepção. Ao mesmo tempo, D. reconhece que se trata de um processo de maturidade que pode resultar numa mudança para melhor na convivência familiar. Reconhece também que sua falta de paciência contribui para aumentar os problemas. Depara-se no diálogo:

P- Elas dizem que você é mandona, que não conversa, que já briga logo antes de conversar. O que você pensa disso?

D- Acho que às vezes a gente erra como mãe. Eu falo coisas ofensivas que não devia dizer, cobro demais. Elas respondem mal. Aí eu vou trabalhar me sentindo mal, por ter dito essas coisas e porque elas também me responderam mal.

A linguagem utilizada pelos familiares constitui uma interação verbal que não exerce poder sobre a subjetividade por si só. As palavras têm valor pelos sentidos que os sujeitos dão a suas falas. Segundo Bakhtin, citado em Mota e Souza (2005, p. 2), “o sujeito emerge do outro através da enunciação e não do enunciado em si”. As configurações subjetivas decorrentes da enunciação das falas ofensivas dos sujeitos, criando um ambiente de conflito, geram sentidos subjetivos da área emocional de D. com indicadores de tristeza e culpa pelas coisas que fala. Essas emoções influenciam-na no ambiente de trabalho.

P- Y. está vivendo o período da adolescência. O que você sabe sobre isso?

D- O que eu sei é que as pessoas ficam muito confusas, tentando se encontrar. Parece que colocam tudo pra fora, sua raiva, alguma coisa que tem dentro deles, que a gente nem consegue saber porque tanta revolta. Tem uns que passam por essa fase

mais tranquilos, já outros, não, acham que são donos do mundo e nada do que a gente fala ta certo. Eu lembro muito de mim mesma, porque eu dei muito trabalho pra minha mãe, eu não calava a boca. O adolescente quer mostrar que também sabe, que pode fazer, que não é só do jeito que os adultos querem.

A noção de D. a respeito da adolescência corresponde à visão determinista proposta por abordagens da psicologia que vinculam a faixa etária à crise adolescente. É uma proposta que sugere a adolescência como um período de desvinculação da mãe da infância, em que o filho tenta se afirmar da maneira que encontra para atuar no ambiente familiar. No caso, Y. enfrenta a mãe. As exigências de D. geram a oportunidade de contradizer a mãe num acirrado embate verbal, em que pode realizar a tarefa de questionar e criticar a mãe da infância, procurando sobrepor-se a ela. O próprio ambiente familiar oportuniza as experiências que se configuram nos sentidos subjetivos de Y. para o enfrentamento. Pode-se verificar a força da linguagem utilizada por Y:

D- Ela já disse que há mães melhores que eu no mundo. Sei que eu faço muita coisa errada, mas nesse dia eu me senti “um lixo”. Nesse dia, ela também me disse que não é feliz em casa. Quer coisa pior para uma mãe ouvir?

A forma como Y. trata a mãe pode ser um indicador de um conflito muito maior que a necessidade de desvinculação da mãe da infância. Pode residir na comparação entre sua mãe e outras mães que são mais maleáveis, menos agressivas, menos exigentes que a sua. Essa comparação pode ser um dos elementos para a configuração do sentido subjetivo de mãe para ela. Configurar dessa forma o sentido de mãe é mais agradável e conveniente para ela, no momento. A própria mãe parece compreender dessa forma.:

D- Meu maior problema é ser muito dura. (completamento de frases) Há muitas mães que são mais maleáveis.. Eu gosto de controlar as saídas dela, não acho que é certo uma mãe não saber onde anda a filha de menor.

Ser ou não maleável com os filhos adolescentes é uma questão que está no foco da crise atual da família. A família antiga supunha um padrão de obediência dos filhos em que a opinião e os desejos dos filhos não eram considerados importantes. Os pais julgavam o que seria melhor para todos e aos filhos competia fazer a vontade deles. Atualmente, as discussões em torno do respeito à individualidade tem sido, de certa maneira, compreendido pelas famílias como permissividade, gerando esse tipo de conflito no choque entre famílias que agem de uma ou de outra forma. Há uma mudança de conceitos e percepções nessa área que está provocando novas configurações na subjetividade social. A seguinte fala de Y. permite visualizar essa questão que permeia as relações familiares:

Y- Gosto de sair, aí minha mãe não deixa. Eu brigo muito, mas ela é chata. Aí, quando eu saio com alguma amiga e a gente encontra com outras, a gente vai pra balada, sem pedir para as mães. Há mães que não se importam. Eu não volto em casa porque ela não vai deixar eu sair de novo. Da festa, a gente vai pra casa de uma das amigas e ninguém avisa as mães. Tem uma delas que a mãe não liga pra ela, ela faz o que ela quer.

É uma fala que remete à questão dos limites na adolescência. Como as famílias têm se organizado na contradição entre o respeito à individualidade de seus adolescentes e a necessidade de limitar sua atuação a atividades próprias da idade? Segundo Outeiral (1994), é preciso que se ofereça ao adolescente um espaço protegido, mas onde ele possa movimentar-se, de forma a desempenhar suas tarefas psíquicas e desenvolver sua personalidade. Isso vai se traduzir em respeito a esse período de vida do filho, dando-lhe sustentação para exercer seu direito de ir e vir no espaço social com as limitações próprias de sua idade. Além disso, os limites propiciam uma organização mental e temporal em que os adolescentes planejam o futuro e aguardam a chegada da vida adulta. Entende-se que não seja o que ocorre com Y. no momento:

P- Sua mãe lhe dá limites?

Y- Acho que sim, quando ela não me deixa sair para as festas, dizendo que não é coisa pra minha idade.

P- Mas você não respeita os limites que sua mãe lhe dá.

Y- Alguns não, basicamente não respeito quase nenhum.

No completamento de frases:

P- Meu maior problema é querer ser adulta. Explica.

Y- É porque não to na idade de fazer certas coisas que eu faço. To na idade de curtir minha adolescência de um modo diferente. Mas faço coisas que adultos de 20 anos fazem. Faço o que eu quero, mando em mim, mas acho que não podia ser assim.

Y. parece se sentir insegura diante de suas próprias atitudes. Não demonstra que desfrute de um espaço limitado. Pode fazer o que quer e isso não lhe agrada. Os processos subjetivos que estão constituindo sua subjetividade individual são contraditórios, nesse momento: age como adulta, mas não é adulta; quer ser adulta, mas é adolescente.

P- Você passou três dias desaparecida. Onde você estava?

Y- Numa chácara de uma das meninas.

P- Por que você fez isso?

Y- Não sei bem. No meu entender, foi pra chamar a atenção. Queria ser a mais danada da família.

Essa fala é um indicador da necessidade de se tornar importante para a mãe. Possivelmente, Y. não esteja percebendo, de outras formas, que a mãe se importa com ela. Na interação familiar, os membros vão constituindo seu repertório de significados compartilhados nas experiências coletivas que configuram a subjetividade social do grupo familiar. As formas como mãe e filha se relacionam constituem esse repertório. O ponto de tensão entre o **eu** e o **outro**, isto é, Y. e D., nesse ambiente familiar parece estar gerando sentidos subjetivos de

incompreensão entre mãe e filha, que atuam de forma velada: nem a mãe, nem a filha conseguem demonstrar por outros meios que uma é importante para a outra. Realizam essa tarefa através do conflito.

P- Você pensou na sua mãe?

Y- Claro, eu sei que eu to errada, a mãe sempre quer o melhor para os filhos. Eu pensava que ela tava meio louca atrás de mim, mas eu também tava pensando nela.

P- E se sua mãe não estivesse preocupada com você?

Y- Eu acharia péssimo. Se a mãe não briga, não fala nada é porque não se preocupa com a filha, não gosta da filha. Acho que se ela não brigasse tanto, eu nem ia fazer tudo que eu faço.

Esse trecho é um indicador da contradição na conduta de Y. O seguinte agrupamento de frases também fala dessa contradição:

Lamento ter feito muitas coisas com minha mãe.

Sofro quando brigo com minha mãe.

Me esforço diariamente para não deixar minha mãe preocupada.

Penso que os outros acham o que eu faço ridículo.

Me deprimos quando brigo com minha mãe.

A atitude de Y. em relação à mãe remete ao caráter conflituoso que, provavelmente, se deve às tentativas de afirmação de sua individualidade e à falta de algum elemento emocional na relação com a mãe que tem sido o foco dos sentidos subjetivos de Y. O lar é um ambiente de primordial relevância no desenvolvimento afetivo que tem por base a valorização das relações familiares. É no lar que se aprende a lidar com os sentimentos, educando a sensibilidade, desenvolvendo a subjetividade, dando um sentido subjetivo positivo à capacidade de amar. Essas possibilidades ocorrem, segundo González Rey (2004b), por um

processo dialético de escuta e atenção entre os sujeitos. As relações entre mãe e filha não chegam a atingir o nível da compreensão, mas estabelecem-se no conflito.

Para tentar entender melhor como se formou a dinâmica dessa família, a pesquisadora perguntou sobre as relações familiares de D. na família de origem:

P- Você diz que deu muito trabalho para sua mãe, nessa fase. Conte como foi sua vida na infância e na adolescência.

D- Minha mãe verdadeira morreu quando eu tinha sete anos. Ela deixou a família e foi viver com o namorado que é o pai da minha irmã mais velha. Quando ela tava com 6 meses, ele morreu. Aí minha mãe sofreu muito e a vida dela ficou muito ruim, ela não tinha onde morar e começou a perambular. Foi procurar emprego em casa de família, mas com criança era difícil. Ela ficava na casa de uma amiga, depois de outra, era assim. Até ela conhecer meu pai, mas ela também não foi feliz com ele. Quando ela tava grávida de mim, ele espancava ela e maltratava minha irmã. Ela fugiu dele. Nunca conheci meu pai e não fez falta. Depois da morte de minha mãe, aí a família da minha irmã foi buscar a gente e nos trouxe pra Brasília. Então, da minha família, eu não conheci ninguém.

P- Você lembra da época em que vivia com sua mãe?

D- Muito vagamente, lembro que brigava com minha irmã que é quatro anos mais velha que eu, levava a gente na escola e saía pra trabalhar. Não lembro de carinho. Também, ela era muito sofrida.

No completamento de frases:

D- Uma mãe, não tive. Isto é, tive a minha mãe que morreu. A mãe adotiva, nunca achei que ela realmente gostasse de mim. Não conseguimos ter um bom relacionamento de verdade.

D- Um pai, não tive.

Na história de vida de D., há indicadores que sugerem desamparo na infância da parte do pai que não conheceu e de quem teve referências de agressividade, e da mãe que não lhe deu afeto e que faleceu quando D. estava em tenra idade. A partir de então, as pessoas que se interessaram por ela, além de não serem de sua família, preocuparam-se tão somente em alojá-la. Ela não recebeu cuidado nem atenção de ninguém. Pode-se entender que D. não teve família, no que se refere aos papéis parentais de afeto, cuidado e autoridade. Essa falta parece ter sido configurada em sentidos subjetivos expressivos da exigência e da severidade, como ela própria se afirma como uma pessoa dura, pouco afetuosa.

P- E a partir daí, o que aconteceu?

D- Eu fiquei com a dona T., minha mãe adotiva, acabei de ser criada por ela. Quando fiquei mocinha, não queria seguir as ordens dela, achava ela muito exagerada nas coisas, não me deixava sair pra lugar nenhum, não podia ter amigas, ela dizia que tinha medo que acontecesse alguma coisa comigo e as pessoas dissessem que ela não tinha cuidado de mim porque eu não era filha dela. A gente brigava muito, eu não aceitava. Quando não tinha jeito, eu obedecia, não saía, mas ficava com muita raiva da minha mãe. Às vezes, matava aula pra sair e acabei abandonando a escola ainda no 1º grau. Depois, saí de casa com quinze anos, fui morar na casa de uma amiga. Logo, arranjei um namorado e fui morar com ele.

A família adotiva de D. não supriu a falta de cuidados familiares. Sem ter ninguém que oferecesse afeto à criança e à adolescente, D. configurou o relacionamento com familiares de forma mais concreta: ter filhos, cuidar deles no que se refere a alimentação, roupas, saúde física, moradia, estudos, possivelmente seja o bastante para estabelecer contato. Não sabe fazer de outra forma, com diálogos que propiciem uma interação mais profunda entre mãe e filhos. As palavras de Y. sobre sua mãe reforçam essa concepção:

Y- Sinto falta da minha mãe. Eu gostaria que ela fosse diferente, que ela conversasse de outra forma. Nunca fui de me abrir com ela, só dá pra falar o básico. Ela não me entenderia.

Os sentidos subjetivos da função de mãe para D. foram configurados dessa forma pelos processos sociais e históricos de sua vida. Ela não aprendeu a fazer de outra forma.

D- A época com esse namorado foi muito boa porque eu não me preocupava com nada, só queria curtir, viajar. Foi uma época muito boa, eu achava que tinha liberdade, mas quando me vi livre, senti falta. Tinha vontade de ter alguém que me impedisse de fazer tudo o que eu queria. Queria ter alguém que me dissesse: “Não vá”. Só que eu não tinha mais. Senti falta de chamar alguém de “mãe”. E eu não voltei por orgulho, pois eu sei que ela me aceitaria, embora nunca tenha dito isso. Hoje vejo minha filha fazer o mesmo que eu, mas eu não quero deixá-la, mesmo tendo raiva do que ela faz. Tento mostrar a ela que o pouco que se tem em casa tem que ser aproveitado.

P- Quando você saiu de casa aos quinze anos, sua mãe tentou trazê-la de volta?

Y- Não, depois de tanta briga, acho que ela desistiu de mim. Eu mesma penso que se minha mãe tivesse ido atrás de mim quando eu fugi de casa, eu ia me sentir mais amparada, mais querida.

No momento da discussão, a mãe está diante da adolescente que ela foi. Lembra de si mesma, dos embates verbais com a mãe adotiva, de ter abandonado a família. Possivelmente, estejam presentes nesse momento todos os processos que configuraram os sentidos subjetivos da figura de mãe e da figura de filha ao longo de sua vida e aos quais se refere com mágoa, culpa e de forma contraditória. A própria discussão pode ser geradora de processos de subjetivação que produzam novos sentidos subjetivos para D. A figura de mãe (referindo-se à mãe adotiva) que foi configurada como aquela que desistiu da filha adolescente, não se

preocupando de fazê-la voltar para casa, quando ela a abandonou aos quinze anos, está sendo ressignificada subjetivamente na atuação de D. como mãe de uma adolescente rebelde, que não vai abandonar a filha, tentando fazê-la entender a sua forma “errada” de ser mãe e usufruir “o pouco que se tem em casa”.

Um outro aspecto que gera conflitos entre D.e Y. refere-se ao estudo:

D- Y. também me deu decepção na escola. Ta com quinze anos e, depois de ser reprovada na 6ª série duas vezes, esse ano, ela abandonou, não voltou mais na escola. Eu já chorei por me sentir culpada por essas coisas que ela faz. Eu penso, às vezes: Ah, meu Deus, eu errei em alguma coisa com Y. Qual foi o meu erro, onde eu errei, pra ela ta fazendo tudo isso? Faltou alguma coisa.

O fato de ter abandonado a escola não tem necessariamente relação com a família. Outros motivos podem ter levado Y. a essa decisão. No entanto, a mãe configura essa experiência por um sentido subjetivo de culpa; acha que errou muito na educação de Y. A individualidade de sua escolha pode estar relacionada a outras questões mais típicas da adolescência. A individualidade deseja o exercício pleno do **eu** nos contextos sociais fora da família, ainda que esse exercício não contribua para o desenvolvimento esperado socialmente, como o abandono da escola. De acordo com as palavras de Y., essa hipótese se relaciona ao grupo de amigos:

Y- Deixei a escola porque já “matei” muita aula esse ano, já tava reprovada

P- Você acha que seu grupo de amigos te influencia a isso?

Y- Acho que não, se você não quiser. Tem muitos amigos que chamam pra “matar” aula, fumar, beber, fazer um monte de coisas erradas, mas se você não quiser, você não vai.

P- Você já “matou” aula sozinha, sem sair com o grupo?

Y- Não.

No completamento de frases:

Meu grupo é o mais feliz de ... (nome da cidade), o mais doido e legal.

Ficam evidentes na fala de Y. os indicadores de que o grupo tem importância para ela; é na companhia do grupo que cabula as aulas, mesmo tendo a clareza de que se deixa influenciar. Ela aceita as sugestões dos colegas e sai na companhia deles no horário de aulas. Segundo Outeiral (1994), a convivência com o grupo constitui um dos mais importantes processos de identificação dos adolescentes fora da família. A identidade infantil e o papel sócio-familiar da infância vão sendo substituídos durante um novo processo de identificação com os pares que representam um refúgio para o momento de insegurança gerado pela necessidade de abandono da identidade infantil. O grupo, portanto, exerce uma nova função socializadora. Ainda que Y., ao cabular aulas, não esteja recebendo educação formal, o contato com o grupo, de alguma forma lhe propicia a geração de novos processos de identificação, que tanto vão constituir sua subjetividade individual, como vão nortear os fundamentos para a composição da subjetividade social, de acordo com as representações que os valores sociais passam a ter para ela.

Como não sabe como ajudar, D. insiste com a filha:

D- Eu converso com Y, conto pra ela essas coisas que me aconteceram e como foi ruim eu não ter estudado. Não quero que aconteça com ela o mesmo que aconteceu comigo. Procuro conversar, mas acho que com Y. não ta adiantando. Ela não ouve.

P- Você conhece a história de vida da sua mãe?

Y- Sim, ela sempre conta.

Trata-se de uma legítima tentativa de D. de dialogar com a filha. Segundo González Rey (2004a), a comunicação em família é geradora de saúde para seus membros. O diálogo com os filhos, contando-lhes suas histórias de vida, possibilitam reflexões, além de gerar um clima e um ambiente favorável para o desenvolvimento emocional saudável da personalidade.

Ainda que a percepção de D. seja de que a filha não ouve e não se importa com o que ela diz, é importante que ela estimule o diálogo em família. Talvez o que seja preciso para que as filhas dêem mais importância a sua história, seja mudar o foco e o objetivo da conversa para a história em si e não para a “lição” que sua história representa. O exemplo a ser seguido vai se relacionar com o sentido subjetivo que pode ser configurado, tendo em vista a sua importância e seu valor para o sujeito, no caso, Y.

Embora essa tentativa de instaurar um diálogo com a filha, há indicadores de que D. não se faz presente em outros momentos. Possivelmente seja essa a falta que Y. refere a respeito da mãe.

P- Você e sua mãe fazem alguns programas juntas?

Y- Não, só às vezes, quando vamos todos à casa de minha avó.

P- Assistem televisão juntas?

Y- Não, eu sempre assisto sozinha.

P- Você comenta em família o que você vê na televisão?

Y- Não, só comento com minhas amigas, porque em casa ninguém gosta dos programas que eu gosto.

P- Sua mãe costuma perguntar como foi seu dia, o que você fez?

Y- Não, nunca.

Dando sequência a questão dos estudos de Y., a pesquisadora continua:

P- Você tem planos para o ano que vem, quer estudar, trabalhar? O que você pretende?

Y- Quero fazer o supletivo e arrumar um trabalho. Vou ocupar mais minha cabeça e pensar mais no futuro.

No completamento de frases:

No futuro, ainda não sei. Deus é que sabe.

A profissão, ser funcionária pública ou trabalhar com turismo.

Daqui a de anos quero estar casada e ser feliz.

Há indicadores de que Y. tem planos gerais, quanto ao futuro. Embora tenha perdido tempo nos estudos, pois, cronologicamente, sua faixa etária corresponde ao início do segundo grau escolar, Y. dispõe-se a tentar preparar-se para o futuro através dos estudos. Também pensa em trabalhar, aliando a produtividade aos estudos. Dessa forma, os indicadores sugerem que Y. compõe sua subjetividade individual em consonância com os valores instituídos pela subjetividade social: estudar, trabalhar, casar, ser feliz, ser funcionária pública, uma pretensão de muitos jovens hoje em dia.

P- Qual sua opinião sobre a escola?

Y- Acho que todo mundo precisa de estudo. Sem estudo, ninguém é nada.

P- Você acha que a escola supre essa necessidade de dar um futuro através do estudo?

Y- Um pouco, sim, porque sem estudo, não se consegue nada mesmo. Mas do jeito que as coisas estão, também não é garantia, se estudar, de ter um bom emprego.

P- Como você acha que o país está tratando seus jovens?

Y- Acho que não ta tratando, não. Os jovens continuam se envolvendo com drogas, tráfico, armas, violência, tudo.

P- E pra uma pessoa que não se envolva com isso?

Y- O Brasil não ta dando muita oportunidade, principalmente pra quem não tem dinheiro pra fazer uma faculdade. O país devia investir mais nisso. Ainda há preconceito com pessoas que se esforçam e estão ali pra estudar.

A opinião de Y. sobre as injustiças sociais em nosso país são indicadores de que ela conhece o momento histórico vivido por sua geração. A desigualdade econômica, a violência urbana, o avanço do tráfico de drogas, os preconceitos sociais, as dificuldades em relação a

emprego e carreira são representações de uma sociedade em crise que acaba por constituir a subjetividade social do brasileiro com significados distintos e opostos: ou lutar contra ou render-se a elas, apenas no âmbito da subjetividade individual. Ao poder público basta oferecer às famílias uma política assistencialista; o povo brasileiro não tem a tradição da luta organizada para que suas necessidades sejam atendidas: a luta reivindicatória não faz parte da subjetividade social de nosso país. Entretanto, tem-se a compreensão social de que sem investimentos feitos na base que são a família e a escola, o país não alcançará um desenvolvimento sólido e a constituição de uma sociedade mais justa.

Uma adolescente de quinze anos que desaparece de casa por três dias, pode despertar o imaginário social de envolvimento com drogas, da vivência da sexualidade de forma irresponsável e de outras condutas consideradas anti-sociais. Parece não ser o que ocorre com Y. Observe-se o diálogo:

P- Você tem namorado?

Y- Tenho.

P- Quando você desaparece de casa, você fica com ele?

Y- Não. Geralmente é ele quem sai com minha mãe para me procurar. Ele sempre diz pra eu não fazer isso, que eu to deixando minha mãe louca.

P- Ele fica preocupado com você, então?

Y- Fica.

P- Que idade ele tem?

Y- Tem vinte anos.

P- Ele estuda, trabalha?

Y- Estuda e trabalha e quer que eu faça o mesmo.

O fato de Y. sair de casa sem consentimento da mãe, parece não estar relacionado a outros fatores que não sejam o próprio relacionamento com a mãe, isto é, a necessidade de

chamar a atenção da mãe para dizer-lhe algo sublinear. Um namorado cinco anos mais velho, com comportamentos adequados aos padrões sociais, podem ser indicadores de que Y., de alguma forma, recebe limites do namorado. Ele parece representar a figura masculina de confiança para Y. Veja-se o completamento de frases:

Y- Um namorado, minha maior felicidade, me sinto muito segura com ele, ele me faz muito feliz e nunca quero perder isso.

O tempo mais feliz, quando estou com meu namorado.

Quanto a questões mais específicas sobre a adolescência e a puberdade, Y. posicionou-se da seguinte forma:

P- Quando você percebeu que seu corpo tava mudando?

Y- Do final do ano passado pra cá que o meu corpo foi mudando com muita rapidez, mas desde os 11 ou 12 anos que as coisas foram mudando pra mim. Primeiro, eu cresci muito rápido e fiquei com um corpo muito esquisito; eu me achava desengonçada e tinha muita vergonha de mim mesma. Era a mais alta da minha classe. Aos 13 anos, fiquei menstruada, foi um horror; aí foi que tive vergonha mesmo, nem queria sair na rua, com medo que todo mundo percebesse.

As transformações corporais nos adolescentes podem ser geradoras de sentidos subjetivos bastante contraditórios. Sem reconhecer-se no corpo que muda vertiginosamente, há uma tendência ao medo, à vergonha, gerados pela angústia e pela ansiedade. É um momento evolutivo de tentativas de afirmação da individualidade que encontra interdições no próprio corpo. Um sentimento de inadequação pode surgir por essa falta de reconhecimento do corpo; é provável a conturbação que esse momento de mudança signifique para constituir uma noção de subjetividade.

P- Você gosta de fazer alguma coisa muito especial?

Y- Gosto de escrever o que eu to sentindo, como foi o meu dia, fazer poesia. É um tipo de diário.

Esse é um exercício que contribui sobremaneira para externalizar suas emoções e seus sentimentos. Intellectualizar e fantasiar são atuações que contribuem para que o adolescente vá constituindo sua personalidade, mas não se trata de uma tarefa isolada, ela está permeada pelo histórico-social da família e as experiências do próprio adolescente.

P- Como você define sua adolescência. Que período é esse pra você?

Y- É muito complicado. A gente quer fazer as coisas e não pode, sempre tudo muito preso. Aí, acaba fazendo o que vem na cabeça. Por isso, a gente desrespeita nossas mães.

A fala de Y. reflete que todo o conflito que ela enfrenta refere-se ao relacionamento mãe e filha. A falta de diálogo esclarecedor acaba por gerar os conflitos e as contradições. A partir de sua idade Y. percebe-se com uma certa autonomia para se afirmar como sujeito por suas próprias escolhas de vida e por suas tentativas de inserção o mundo social fora do lar. As barreiras que encontra para essa realização possivelmente venham das interdições maternas que não são acompanhadas de um diálogo esclarecedor imprescindível para que Y. respeitasse os limites impostos a sua idade. A reação é desrespeitar as ordens a mãe, realizando assim outra tarefa: dizer veladamente através de sua atuação que sua mãe é importante para ela e que necessita de sua atenção.

Para finalizar as interpretações sobre essa família, o seguinte agrupamento de frases de D. demonstra os sentimentos, as contradições, os desejos, as expectativas da mãe em relação aos filhos e a si mesma:

Uma das minhas maiores alegrias são os meus filhos.

Minha principal preocupação são os meus filhos.

Amo meus filhos.

Me custa trabalho cuidar dos meus filhos.

Meu maior tempo o dedico aos meus filhos.

Me esforço para ser boa mãe.

Os filhos são bons.

Daqui a dez anos, quero estar na minha casa e todos os meus filhos já terão tomado uma direção na vida.

Em comparação com as outras falas da mãe a respeito dos filhos ao longo do diálogo, percebe-se a importância que a família representa para D. Há expressões positivas a respeito de seu papel de mãe, mas que são permeadas por outras que demonstram contradição. Em análise feita sobre um agrupamento de frases semelhantes às de D. a respeito do papel materno de uma jovem mãe, González Rey (2005) afirma que as contradições podem ser devidas a emoções ou reflexões que indicam alguma outra percepção a respeito da função de mãe. Quanto a D., é possível algumas conjecturas fundamentadas na dinâmica conversacional: Ela não teve em sua história de vida os papéis maternos de atenção, cuidado e afeto, o que pode sugerir que esses aspectos em sua família representam um campo desconhecido para sua atuação, gerando insegurança. As práticas de D. demonstram que seus esforços no cuidado com os filhos obedecem aos padrões vivenciados por ela na adolescência, na convivência com a mãe adotiva: proibições sem diálogo. A forma como Y. adentra o mundo social, através da escola e do grupo, serve para atuar em duas frentes importantes para ela: afastar-se do lar infantil e provar sublinearmente a sua importância para sua mãe.

Esse panorama resulta em um quadro de conflitos familiares, sobretudo com Y., a filha adolescente que, por sua vez, atravessa um período de busca e afirmação de sua identidade. Portanto, os sentidos subjetivos que constituem esse quadro familiar configuram-se, atualmente, com base no conflito.

A segunda família a ser estudada, foi uma família composta pelo pai, 38 anos, pela mãe, 39 anos, pelo filho mais velho, 15 anos, que faleceu tragicamente por suicídio logo após o início desse trabalho. O casal tem ainda uma filha de doze anos e um filho de sete anos. Durante a primeira visita à família, a pesquisadora conversou com os pais e teve um breve contato com o adolescente. Entregue o complemento de frases, combinou-se um encontro para uma semana após, o que não se realizou, pois o jovem cometeu suicídio dois dias antes desse encontro. Portanto, procura-se realizar um breve estudo da família, a partir da fala dos pais. As iniciais utilizadas para a reprodução das falas correspondem a P, pesquisadora; E, inicial do nome próprio do pai; N, inicial do nome próprio da mãe e J, referindo-se ao adolescente. A pesquisadora utilizou a mesma pergunta inicial que proporciona um amplo espaço de conversação: *“Atualmente, como são as relações familiares entre vocês e seus filhos?”*

E- Temos um relacionamento bom, sem brigas sem confusões. Não somos perfeitos, mas se olharmos as famílias por aí, vemos que somos uma família normal.

P- Como vocês definem, então, a família de vocês?

N- Somos um grupo familiar bom, formamos uma família saudável.

P- O que é isso para vocês?

N- Principalmente uma família que dialoga.

P- Quem participa do diálogo?

E- Todos. Sempre incluimos todos os filhos.

P- J. participa do diálogo?

E- Sim, às vezes questiona nossas decisões e aí a gente explica pra ele.

N- O maior problema que a gente enfrenta é sobre o grupo de amigos de J. Eles não dão satisfações pra os pais e J. pensa que também ele tem que fazer assim.

P- Então, vocês dão limites a ele?

N- Sim, não é fácil, mas não abrimos mão disso. O meio dele é de amigos que os pais não cobram nada e ele pensa que nós estamos errados.

P-E como vocês fazem pra mostrar que não estão errados?

E- A gente explica que ele não tem idade pra muita coisa. Ele fica nervoso, mas aí a gente usa exemplos. O pai do Fulano não se preocupa com ele, o que você acha disso? Aí, ele se convence.

P- Ele costuma desobedecer?

N- Costuma, ele é ótimo filho, mas às vezes não cumpre o horário de chegar em casa. Aí vai de castigo.

P- Como é o castigo?

N- Fica sem sair por um tempo.

P- Ele cumpre?

N- Sim, claro.

As relações familiares demonstram que há harmonia entre os membros e que as situações são abertamente comentadas através de diálogos, sugerindo que os sentidos subjetivos se configuram através de experiências saudáveis de encontro entre os familiares. Na convivência familiar, a interação que é diuturnamente realizada entre pais e filhos através da fala, possibilita ao adolescente dar sentido às suas mais variadas experiências e ir se constituindo como sujeito.

P- Vocês reconhecem a crise de valores sociais que vivemos atualmente. Como vocês enfrentam isso, na educação dos filhos?

E- Fazemos o possível para que não afete nossa família. Explicamos tudo a eles, sobre nossas condições econômicas e o que podemos comprar, o que não podemos. Falamos sobre o respeito aos outros, o que pode ser feito pra ajudar as pessoas, nunca pra prejudicar. Eu falo sobre todo nosso esforço pra ter uma casa nossa e digo

que eles vão ter que ir à luta, eu não vou poder fazer isso por eles, cada um é responsável pra conseguir suas coisas. Eu, pessoalmente, não tenho muitas ambições na vida, nem vontade de juntar patrimônio, é tudo pra uso da família, é isso que eu explico. N. também pensa assim.

O padrão familiar hegemônico dessa família é de uma família tradicional quanto aos valores morais, sociais e familiares que são passados aos filhos, mesmo que não sejam esses os padrões que se encontram normalmente nos ambientes sociais atuais. Segundo González Rey (2003), as relações que vão se transformando em sistemas de sentido para o sujeito originam-se no encontro com o outro e constituem sua história de vida. Compreende-se então, o processo de constituição da subjetividade como inerente ao ambiente social que desenvolve significados oriundos das tradições, dos costumes, dos valores e das práticas de uma sociedade. São conteúdos que permeiam as relações do sujeito com o outro e adquirem significados compartilhados das experiências vividas pelos familiares. Possivelmente sejam os padrões das famílias de origem dos pais que desejam dar continuidade nas relações com os filhos.

Alguns complementos de frases atestam a importância da família para esse casal:

N- Eu gosto da minha casa, da minha família. O tempo mais feliz foi a confirmação da primeira gravidez. O casamento, diálogo. A preocupação principal, com os meus filhos. O lar amor, atenção, conversa. Minha família, acho bonita. Uma mãe, dedicada. Os filhos são presentes de Deus.

E- Maiores alegrias, nascimento do primeiro filho, a compra da minha casa. Projetos de vida, dar aos meus filhos condições de lutarem sozinhos no futuro, dar tranquilidade à minha família. O casamento, ótimo. O lar, ótimo. Minha família, a melhor. As coisas que mais me agradam, ter filhos e ter pra quem voltar todo dia. Os filhos, ótimos. Como será daqui a dez anos, estarei mais sábio, terei netos.

Os projetos individuais desse casal parecem ter sido estabelecidos em função do grupo familiar. A reciprocidade familiar que, muitas vezes, é relegada a segundo plano em função do desenvolvimento da individualidade, nesse grupo familiar assume prioridade. As decisões parecem ser tomadas de acordo com os benefícios que podem trazer ao grupo. O interesse dos pais pelos filhos apresentam a característica do afeto, cuidado e autoridade. Os pais demonstram que os sentidos subjetivos de família relacionam-se a esses significados compartilhados que passam a constituir a subjetividade desse grupo familiar. A J. sempre foram oferecidos os limites como um espaço de proteção e respeito à sua idade.

Após a morte trágica de J., algumas histórias pessoais foram relatadas pelos pais. Não há aqui a intenção de explicar seu ato extremo, mas de procurar compreender como se constituiu sua subjetividade. J. cursava o 1º ano do segundo grau, de acordo com sua faixa etária, fazia capoeira, trabalhava nos finais de semana em organização de festas infantis, ia à igreja e se preparava para a Primeira Comunhão. Tinha um grupo de amigos com quem saía periodicamente. Nunca apresentou sinais de depressão, costumava se relacionar com os irmãos de forma comum entre irmãos, perturbando e caçoando deles. Na escola, enfrentou uma situação de assédio moral de um grupo de meninos que formavam uma gangue. Ofendiam J., chamando-o de *negro* e condicionavam sua passagem por determinados locais da escola ao pagamento de uma taxa. A princípio, J. não quis relatar ao pai o que ocorria, mas depois lhe contou tudo. O pai disse-lhe que ele, filho, iria encontrar uma forma de resolver a questão. J. teve uma briga com esses meninos que, a partir de então, passaram a respeitá-lo. O pai relatou ainda que o filho era inconformado com injustiças sociais e costumava dizer que a sociedade era muito injusta com os que tinham menos posses. J. gostava de ler, mantinha-se informado, costumava discutir assuntos atuais com os pais e procurava sempre pessoas mais velhas e de nível intelectual superior ao seu para conversar. Isso sempre chamou a atenção da família. Costumava sair de casa sem levar consigo sua cédula de identidade. Os pais sempre

lhe diziam que deveria levá-la onde fosse, pois já tinha idade para isso. No dia em que decidiu jogar-se do alto de um *shopping* da cidade, estava com ela. Para alguém que não se conformava com injustiças sociais, morrer no espaço de consumo de um *shopping center* pode ter uma simbologia toda especial. Para alguém que costumava não usar sua cédula de identidade quando saía de casa, utilizá-la no momento de suicidar-se pode ter um sentido muito maior que simplesmente ser identificado após a morte, o sentido subjetivo de ser sujeito do ato de morrer.

Um adolescente de 15 anos que chega ao ato extremo de suicídio geralmente desperta o imaginário social de culpa dos pais e das relações familiares muito exigentes ou muito vazias. Nem uma situação, nem outra correspondem à realidade dessa família. J. foi um adolescente protegido pela família e que teve oportunidades de expor seus pensamentos e de ser acolhido pelos pais. A forma como J. configurava seus sentidos subjetivos pareciam ir psiquicamente além dos ambientes comumente freqüentados por adolescentes ou de situações inusitadas para essa idade: J. mantinha diálogos com professores e outras pessoas adultas sobre assuntos sociais sérios e discutia as injustiças sociais, afirmando sempre ser um inconformado. A situação de assédio por causa de sua raça, enfrentada na escola pode ter adquirido um sentido mais amplo de injustiça social, que não aceitava. No entanto, foi estimulado pelo pai a enfrentar a situação e resolver-se com os agressores. Possivelmente, J. configurasse seus sentidos subjetivos de acordo com aspectos muito intensos da subjetividade social dos dias atuais em nosso país. Para González Rey (2005a, p. 21), "o conceito de sentido subjetivo fundamenta uma concepção histórico-social de subjetividade", que permeia tanto o sujeito individual, como o ambiente social, no qual o indivíduo se movimenta, se relaciona, se significa e se ressignifica constantemente. Esse espaço constitui a subjetividade social que influencia o sujeito e é por ele influenciada. A subjetividade social, segundo o autor (ibidem, p. 24), "surge das representações sociais, dos mitos, das crenças nos diferentes espaços em

que se vive e está atravessada pelos discursos e produções de sentido que configuram sua organização subjetiva". O lar é o primeiro espaço histórico-social na vida de um indivíduo. As contestações que soem surgir na época da adolescência, possivelmente assumiram para J. um caráter intransponível diante das injustiças sociais que tanto o afetavam. No completamento de frases do pai, duas observações são marcantes: *Meu maior medo é de me sentir impotente diante da vida/As coisas de que não gosto são o descaso do patrão, falta de respeito com os profissionais, lutar em vão*. Provavelmente, esses assuntos relacionados a injustiças eram comumente discutidos em família constituindo parte da subjetividade social do grupo familiar e adquirissem para J. o sentido de uma experiência de injustiças muito fortemente configuradas como seus sentidos subjetivos. Não há indicadores na história dessa família que sugiram receio diante das dificuldades, ao contrário, os pais são trabalhadores que conseguiram dar à família um padrão de relativo conforto físico e têm esclarecimento para oferecer também conforto psíquico. Entretanto, a configuração da impotência diante da vida pode originar um sentido subjetivo que esteja de acordo com padrões de exigência social do mundo de hoje.

Quanto à experiência tão sofrida de suicídio do filho, a família parece se organizar de duas formas: A primeira, bastante positiva é a declaração de ambos, E. e N., quanto ao respeito diante da decisão do filho e da consciência tranqüila por terem feito por ele tudo o que pais esclarecidos, como se consideram, puderam fazer. A segunda demonstra um certo receio em como lidar com a situação diante dos outros filhos. Declaram, no entanto, que vão deixar o tempo passar, na expectativa de que surjam espontaneamente momentos de diálogo em família que esclareçam as crianças. No meio do infortúnio, a família ressignifica a experiência de ter tido em seu lar durante 15 anos um filho que foi amado, respeitado, querido, mas que decidiu não mais acompanhá-los na trajetória da vida.

Considerações Finais

Durante a realização de todo esse trabalho, evidenciou-se a importância das relações familiares desde tempos imemoráveis. O lar, como espaço social, continua a ter seu significado na amplitude de concepções que hoje se podem evidenciar como famílias transformadas.

A importância que assume a família como um processo para que o adolescente se constitua como sujeito ficou esclarecida durante as pesquisas realizadas nesse trabalho. A necessidade de um diálogo aberto e livre de preconceitos ficou evidente durante o estudo da família de D. e de Y., demonstrando que o conflito existente entre ambas constitui, no momento, os sentidos subjetivos configurados nos papéis de mãe e de filha. Embora, de acordo com os estudos desenvolvidos nesse trabalho, não seja uma forma saudável de se relacionar, é a saída que encontraram de se tornarem importantes uma para a outra.

Os conflitos familiares aqui estudados tornaram evidentes a função que o outro exerce na constituição do *eu*. As subjetividades estudadas demonstraram sua configuração através de processos sociais que se entrelaçaram nos diálogos com a pesquisadora. O desânimo da mãe e a rebeldia da filha são sentidos subjetivos que se configuram a partir da forma como as duas constroem a relação.

As representações da sociedade brasileira em relação aos jovens estão presentes na fala da adolescente que observa a falta de investimentos nas áreas de educação e emprego, assim como percebe entre os jovens a atração pelas drogas e pela violência.

Embora não tenha sido possível o diálogo com J., algumas conjecturas podem ser realizadas por sua breve história de vida, relatada pelos pais. As injustiças sociais vividas em nossa época dificultam sobremaneira o desenvolvimento sadio da adolescência. Há falta de perspectivas que atemorizam o futuro e, por vezes, dão aos jovens a impressão de que os verdadeiros valores em que está constituída a sociedade, são os que se pode chamar de

antivalores, ou seja, os que se baseiam no egocentrismo, na exclusão, no preconceito, no desrespeito... É provável que o adolescente tivesse configurado sua subjetividade a partir dessas concepções, já que foi vítima de grupos anti-sociais.

A importância dessa pesquisa evidenciou-se também por seu caráter qualitativo em que a subjetividade da pesquisadora foi considerada como um dos elementos fundamentais para a elaboração das hipóteses, das análises e das interpretações. Durante a dinâmica conversacional com as famílias, a pesquisadora propôs questões que funcionassem como elementos de ligação entre uma fala e outra, entre um sujeito e outro. Considerando-se que toda a produção de conhecimento realizada deve-se ao papel ativo de todos os sujeitos envolvidos, as técnicas utilizadas tiveram um papel secundário e foram importantes na medida em que oportunizaram o diálogo em que os sujeitos puderam se expor com espontaneidade, tendo respeitada sua singularidade nos diálogos e nas análises e interpretações posteriores.

Sem hipóteses a serem comprovadas nem refutadas, a pesquisa qualitativa auxiliou a compreensão dos processos familiares em relação à adolescência de seus filhos: a busca das sublinearidades da fala, daquilo que os teóricos da subjetividade chamam de “qualidade”, e que corresponde ao caráter oculto da fala dos sujeitos. Esse foi um dos desafios enfrentados pela pesquisadora - buscar no diálogo os indicadores de um caráter velado na relação entre pais e filhos. O outro grande desafio refere-se ao enfrentamento da situação extrema de suicídio de um adolescente de 15 anos, de uma família de padrões de convivência harmônica entre seus membros, e que se explica apenas pelas formas como os sujeitos constituem sua subjetividade e cuja singularidade deve ser respeitada, por mais que a morte de um jovem fira os princípios humanos de ordenação da vida, ou seja, os pais devem ir-se antes dos filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLPORT, Gordon W. Personalidade: padrões e desenvolvimento. São Paulo: EPU, EDUSP, 1973.

ARIÈS, Phillippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981a

_____. A família e a cidade. In: Velho, Gilberto Figueira, Sérvulo A. (orgs.) Família, Psicologia e Sociedade. Rio de Janeiro: Campus, 1981b, p. 13-23.

BAUMAN, Zymunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: Brant de Carvalho, Maria do Carmo (org.) A Família Contemporânea em Debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 29-38.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 4. ed., São Paulo: Cortez, 2000.

COOPER, David. A Morte da Família. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FARIA, Ernesto. Dicionário Escolar Latino-Português. Ministério de Educação e Cultura, 1967.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FLANDRIN, Jean-Louis. Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. Lisboa: Estampa, 1995.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____. Personalidade, Saúde e Modo de Vida. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004a.

_____. O Social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004b.

_____. Psicoterapia, Subjetividade e Pós-Modernidade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.

_____. Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005a.

_____. Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005b.

_____. O Sujeito, a Subjetividade e o Outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. Eu e outro: criação e compromisso. Disponível em? www.thomsonlearning.com.br/downloadCapituloParcLivro. Acesso em 10 out. 2007.

GROSSMAN, Eloísa. La adolescencia cruzando los siglos. Adolescencia. Latinoamericana, jul./sep. 1998, vol. 1, nº 2 [citado 20 Agosto 2007], p. 68-74. Disponible en la World Wide Web: <http://ral-adolesc.bvs.br/scielo.php>? Acesso em 20 ago 2007.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2007.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. Família Brasileira: a base de tudo (org.) 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Le Robert Méthodique, Dictionnaire Méthodique du Français Actuel. Montréal: Le Robert, 1996.

LEVISKY, David Léo. Adolescência: Reflexões Psicanalíticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MACHADO, João Luís Almeida. A vida em família na Antigüidade Clássica, 2005 Disponível em: www.google.com.br. Acesso em 20 ago 2007.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. A família, o feminino, a cidadania e a subjetividade. In: Brant de Carvalho, M. C. (org). A família contemporânea em debate. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2000, p.105-122.

MINAYO, Maria Cecília Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade (M. C. S. Minayo, org) Petrópolis: Vozes, 1994, p. 9-29.

MORIN, Edgar. O método 6 – Ética. Porto Alegre: Sulinas, 2005.

MOTA, Kátia Santos, SOUZA, Janine Fontes de. O Silêncio é de ouro e a palavra é de prata? Considerações acerca da oralidade em EJA, 2005. www.nea.fe.usp.br/site/EDMO474/Mapeamento_Bibliografico. Acesso em 26/10/2007.

OSÓRIO, Luiz Carlos. Adolescente Hoje. Porto Alegre. Artes Médicas, 1989.

_____. Família hoje. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996a.

_____. O Enigma da Esfinge. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b.

OUTEIRAL, José Ottoni. Clínica Psicanalítica de crianças e adolescentes: desenvolvimento, psicopatologia e tratamento. Rio de Janeiro: Revinter: 1998.

_____. Adolescer: estudos sobre a adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RAMALHO, Ênio. Novo Dicionário Lello Estrutural, Estilístico e Sintático da Língua Portuguesa. Porto: Lello Editores, 1999.

ROSA, Miriam Debieux. Histórias que não se contam: o não-dito e a psicanálise com crianças e adolescentes. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2000.

SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: Brant de Carvalho, M. C. (org). A família contemporânea em debate. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2000, p. 39-49.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de família. In: Brant de Carvalho, M. C. (org.) A família contemporânea em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 23-27.

VIEIRA Geraldinho. O tiro, a culatra e a cultura. Correio Braziliense. Brasília, DF, 29/09/2007 Caderno Escola.

ANEXOS

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, abaixo assinado, autorizo o Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, por intermédio da aluna, Neusa Maria Salles das Neves, RA 990793-0, do 10º semestre do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde, devidamente assistida por seu orientador, Prof. Dr. Fernando González Rey, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

1-Tema da Pesquisa: Família e Adolescência.

2-Objetivo: Analisar a visão de dois adolescentes e seus respectivos pais sobre o sentido que dão à família e aos conflitos familiares na época da adolescência.

3-Descrição de procedimentos:

Discussão com os adolescentes e seus pais sobre as representações que têm da família e da adolescência. Uso de dinâmica conversacional e de completamento de frases.

4-Desconfortos e riscos esperados: _Nenhum. Fui devidamente informado dos riscos acima descritos e de que qualquer risco não descrito, não previsível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa será de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

5-Benefícios esperados: Maior esclarecimento e consciência sobre a participação de cada adolescente em seu grupo familiar e das formas como ocorrem as relações com os pais.

6-Informações: Os participantes têm a garantia que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

7-Retirada do consentimento: O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.

8-Aspecto Legal: Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos, atende à Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

9-Confiabilidade: Os voluntários terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) do participante não será divulgada. Porém, os voluntários assinarão o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, telefone para o Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB 3447.6620/3447.6129.

Brasília, ____ de _____ de 2007.

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, abaixo assinado, pai/mãe, responsável pelo(a) menor _____, autorizo o Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, por intermédio da aluna, Neusa Maria Salles das Neves, RA 990793-0, do 10º semestre do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde, devidamente assistida por seu orientador, Prof. Dr. Fernando González Rey, a desenvolver a pesquisa abaixo descrita:

1-Tema da Pesquisa: Família e Adolescência.

2-Objetivo: Analisar a visão de dois adolescentes e seus respectivos pais sobre o sentido que dão à família e aos conflitos familiares na época da adolescência.

3-Descrição de procedimentos:

Discussão com os adolescentes e seus pais sobre as representações que têm da família e da adolescência. Uso de dinâmica conversacional e de completamento de frases.

4-Desconfortos e riscos esperados: Nenhum. Fui devidamente informado dos riscos acima descritos e de que qualquer risco não descrito, não previsível, porém que possa ocorrer em decorrência da pesquisa será de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

5-Benefícios esperados: Maior esclarecimento e consciência sobre a participação de cada adolescente em seu grupo familiar e das formas como ocorrem as relações com os pais.

6-Informações: Os participantes têm a garantia que receberão respostas a qualquer pergunta e esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa. Também os pesquisadores supracitados assumem o compromisso de proporcionar informações atualizadas obtidas durante a realização do estudo.

7-Retirada do consentimento: O voluntário tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, não acarretando nenhum dano ao voluntário.

8-Aspecto Legal: Elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos, atende à Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

9-Confiabilidade: Os voluntários terão direito à privacidade. A identidade (nomes e sobrenomes) dos participantes não será divulgada. Porém, os voluntários assinarão o termo de consentimento para que os resultados obtidos possam ser apresentados em congressos e publicações.

ATENÇÃO: A participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em casos de dúvida quanto aos seus direitos, telefone para o Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB 3447.6620/3447.6129.

Brasília, ____ de _____ de 2007.

ASSINATURA DO PAI/MÃE ou RESPONSÁVEL

ANEXO 3

Completamento de Frases

Data: ____ / ____ / ____

1 – Expresse, na ordem que melhor lhe convém, as três maiores alegrias e as três maiores frustrações da sua vida. Sobre cada uma delas, explique suas causas e consequências para você.

2 – Toda pessoa tem projetos de vida, ou seja, aspirações que deseja alcançar, com vista nas quais se elaboram distintas estratégias concretas. Defina seus três maiores projetos e explique o valor que cada um tem para você.

3 – Técnica de completamento de frases:

- 1) Eu gosto _____
- 2) O tempo mais feliz _____
- 3) Gostaria de saber _____
- 4) Lamento _____
- 5) Meu maior medo _____
- 6) Na escola _____
- 7) Não posso _____
- 8) Sofro _____
- 9) Fracasso _____
- 10) A leitura _____
- 11) Meu futuro _____
- 12) O casamento _____
- 13) Algumas vezes _____
- 14) Este lugar _____
- 15) A preocupação principal _____
- 16) Desejo _____
- 17) Eu secretamente _____
- 18) Eu _____
- 19) Meu maior problema _____
- 20) O trabalho _____
- 21) Amo _____
- 22) Minha principal ambição _____
- 23) Eu prefiro _____
- 24) Meu principal problema _____
- 25) Gostaria _____
- 26) Creio que minhas melhores atitudes _____
- 27) A felicidade _____

- 28) Considero que posso _____
- 29) Esforço-me diariamente _____
- 30) Custa-me trabalho _____
- 31) Meu maior desejo _____
- 32) Sempre quis _____
- 33) Eu gosto muito _____
- 34) Minhas aspirações _____
- 35) Meus estudos _____
- 36) Minha vida futura _____
- 37) Tratarei de conseguir _____
- 38) Eu freqüentemente reflito _____
- 39) É-me proposto _____
- 40) Meu maior tempo, o dedico _____
- 41) Sempre que posso _____
- 42) Luto _____
- 43) Freqüentemente sinto _____
- 44) O passado _____
- 45) Esforço-me _____
- 46) As contradições _____
- 47) Minha opinião _____
- 48) Penso que os outros _____
- 49) O lar _____
- 50) Minha família _____
- 51) Ao me deitar _____
- 52) Os homens _____
- 53) A pessoas _____
- 54) Uma mãe _____
- 55) Sinto _____
- 56) Os filhos _____
- 57) Quando era criança _____
- 58) Quando tenho dúvidas _____
- 59) No futuro _____
- 60) Necessito _____
- 61) Meu maior prazer _____
- 62) Odeio _____
- 63) Quando estou sozinho _____
- 64) Meu maior medo _____
- 65) Meu trabalho _____
- 66) Deprimo-me quando _____
- 67) A profissão _____
- 68) Meus amigos _____
- 69) Meu grupo _____
- 70) Um pai _____
- 71) Minha mãe _____
- 72) Meu corpo _____
- 73) Importunam-me _____

4 – Enumere, sobre seu trabalho atual as seguintes questões:

As coisas que me agradam

As coisas de que não gosto

5 – Pense como será daqui a dez anos. Elabore suas representações e escreva tão detalhadamente quanto puder:

6 – Meus maiores temores na vida:

7 – Meus maiores desejos

8 – Enumere, sobre sua família, as seguintes questões:

As coisas que me agradam

As coisas de que não gosto
